



Dívida com a Prefeitura pode ser parcelada

Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) isenta juros e multas. Morador pode aderir de 9 a 30 de dezembro

Niceia de Freitas

Os contribuintes de São Bernardo com tributos municipais atrasados ganharam nova chance para regularizar suas pendências. A Prefeitura adotou o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) para facilitar que pessoas físicas e jurídicas quitem seus débitos com a Administração. A medida, que permite o parcelamento das dívidas em até 60 vezes fixas, terá início no dia 9 e será válida até 30 de dezembro deste ano.

O projeto, aprovado pela Câmara Municipal, estimula o pagamento por meio de facilidades oferecidas. Para aderir ao PPI, as dívidas devem estar vencidas integralmente até 31 de agosto de 2015.

Os benefícios são os mesmos que vigoraram nos dois PPIs anteriores – em 2009 e 2013 –, ou seja, haverá isenção total de juros e multas para quem parcelar a dívida em até 36 vezes. Se o número de parcelas escolhido for entre 37 e 60, a isenção será parcial, reduzindo o benefício para 60% sobre estes encargos.

Se o contribuinte optar por pagar em até seis vezes, não haverá qualquer correção nas parcelas. Se a decisão for por um número maior de parcelas, as correções serão pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que atualmente é de 7% ao ano, uma das menores do mercado. A adesão ao PPI pode ser feita pela internet, site da Prefeitura e Rede Fácil. Mais informações pelo número 0800-7703 738.



Wilson Magão

Adesão ao PPI pode ser feita na Rede Fácil do Paço, Assunção, Riacho e Alvarenga

Festival gastronômico

Rotas dos Sabores têm pratos até 50% mais baratos

Graziela Guerra

Quem aprecia gastronomia de qualidade não pode ficar de fora do 5º Festival Rotas dos Sabores, que acontece entre os dias 6 e 29 de novembro em São Bernardo do Campo. Neste ano, 187 estabelecimentos gastronômicos da cidade estão oferecendo diversos pratos, alguns elaborados especialmente para o evento, com descontos de 10% a 50%.

Para o festival, os estabelecimentos são divididos em sete rotas gastronômicas pelas quais a cidade é

conhecida: Rota do Frango com Polenta; Rota do Peixe; Rota dos Petiscos e Aperitivos; Rota do Prato Executivo; Rota da Comida Típica; Rota das Padarias e Confeitarias e Rota das Pizzarias e Pastelarias.

Nesta edição, quem quiser participar do evento tem grande aliado: um aplicativo, chamado “Festival Rotas dos Sabores” e disponível para IOS e Android, por meio do qual será possível conhecer a relação completa dos estabelecimentos participantes, endereços, pratos disponíveis, valores, entre outras informações.

Resgate histórico

Ampla programação celebra Mês da Consciência Negra

Da redação

A história do Brasil não é contada com todos os atores que dela fizeram parte. Muitos ícones do passado não são mencionados nos livros de história e no presente. As citações resumem-se a Zumbi dos Palmares, mas é importante valorizar a participação feminina, mantendo vivas na memória grandes mulheres negras que igualmente fizeram parte dessa história, como Dandara, Tereza de Benguela, Luiza Mahin, Maria Quitéria, Aqualtune, Chica da Silva, Carolina Maria de Je-

sus, entre outras. Para celebrar a cultura dos afro-descendentes, a Prefeitura de São Bernardo realiza em novembro o Mês da Consciência Negra.

Faz parte da programação, preparada por diferentes secretarias do Executivo municipal e pela sociedade civil, seminário, contação de história, exposição, sarau e diversas outras atividades. O público pode participar dos eventos em vários pontos da cidade. O calendário está disponível no site do Guia da Cidade (<http://www.saobernardo.sp.gov.br/guidacidade/extra>).



SEMINÁRIO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

12 DE NOVEMBRO

PALESTRAS E DEBATE

TEMA: LICENCIAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL.

19h

Credenciamento.

19H30

Abertura com Waverli Maia Neuberger - Professora da Universidade Metodista, e João Ricardo Caetano - Secretário de Gestão Ambiental de São Bernardo do Campo.

19h45

Palestrante Dr. Fernando Rei - Professor universitário e ex- Diretor Presidente da CETESB.

LANÇAMENTO

MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E NOVOS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.

20h45 às 21h15

Palestrante: Paula Ciminelli Ramalho - Diretora do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental da Secretaria de Gestão Ambiental de São Bernardo.

LOCAL: UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO (AUDITÓRIO IOTA)
RUA ALFEU TAVARES, 149 - RUDGE RAMOS, SÃO BERNARDO DO CAMPO

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES: 4367-6403
WWW.SAOBERNARDO.SP.GOV.BR

APOSTILA Nº2269/2015-SBCPREV

Considerando a aplicação das Leis Municipais nºs 6.316/13 e 6372/2014, resolve:
 I- Apostilar o item 9 da Portaria nº 34.795/2003-DRH que aposentou o(a) funcionário(a) **MARIA DAS GRAÇAS COSTA DE AZEVEDO**, matrícula nº **9.249-8**, para declarar que, de conformidade com as Leis Municipais nº 6.316, de 12 de dezembro de 2013 e nº 6.372, de 15 de dezembro de 2014, e em face da instrução no Processo Pessoal nº 9249/E, a referência do cargo mencionado naquele diploma legal, fica alterada para referência "E2-E", sendo desta forma, retificados seus proventos para 75,00% (setenta e cinco por cento) da soma de 236/1825 avos da referência "E2-E", carga horária de 20 (vinte) horas semanais, mais jornada dupla e de 1589/1825 avos da referência "E2-E", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de 21,90% (vinte e um inteiros e noventa centésimos por cento) a título de senioridade, a partir de 01 de janeiro de 2014.

APOSTILA Nº2270/2015-SBCPREV

Considerando a aplicação das Leis Municipais nºs 6.316/13 e 6372/2014, resolve:
 I- Apostilar o item 2 da Portaria nº 35.247/2003-DRH que aposentou o(a) funcionário(a) **MAGDA BERTON**, matrícula nº **9.062-4**, para declarar que, de conformidade com as Leis Municipais nº 6.316, de 12 de dezembro de 2013 e nº 6.372, de 15 de dezembro de 2014, e em face da instrução no Processo Pessoal nº 9062/E, a referência do cargo mencionado naquele diploma legal, fica alterada para referência "E2-N", sendo desta forma, retificados seus proventos para 100,00% (cem por cento) da soma de 104/1825 avos da referência "E2-N", carga horária de 20 (vinte) horas semanais e de 1721/1825 avos da referência "E2-N", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, mais adicional de jornada dupla de 5,00% (cinco por cento), acrescido de 24,34% (vinte e quatro inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) a título de senioridade, a partir de 01 de janeiro de 2014.

APOSTILA Nº2271/2015-SBCPREV

Considerando a aplicação das Leis Municipais nºs 6.316/13 e 6372/2014, resolve:
 I- Apostilar a Portaria nº 17.146/1994 - DP, que aposentou o(a) funcionário(a) **VERA HELENA SCARPELLI NASSIF**, matrícula nº 9.609-4 , para declarar que, de conformidade com as Leis Municipais nº 6.316, de 12 de dezembro de 2013 e nº 6.372, de 15 de dezembro de 2014, e em face da instrução no Processo Pessoal nº 9609/E, a referência do cargo mencionado naquele diploma legal, fica alterada para referência "EM1-I", sendo desta forma, retificados seus proventos para 93,33% (noventa e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) da referência "EM1-I", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de 21,90% (vinte e um inteiros e noventa centésimos por cento) a título de senioridade, a partir de 1º de janeiro de 2014.

APOSTILA Nº2272/2015-SBCPREV

Considerando a aplicação das Leis Municipais nºs 6.316/13 e 6372/2014, resolve:
 I- Apostilar a Portaria nº 43.737/2009 - CRH.1, que aposentou o(a) funcionário(a) **CELIA CAVALCANTE GUEDES**, matrícula nº 24.531-4, para declarar que, de conformidade com as Leis Municipais nº 6.316, de 12 de dezembro de 2013 e nº 6.372, de 15 de dezembro de 2014, e em face da instrução no Processo Pessoal nº 24531/E, a referência do cargo mencionado naquele diploma legal, fica alterada para referência "E2-C", sendo desta forma, retificados seus proventos para 100,00% (cem por cento) da referência "E2-C", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de 14,87% (catorze inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) a título de senioridade, a partir de 1º de janeiro de 2014.

APOSTILA Nº2273/2015-SBCPREV

Considerando a aplicação das Leis Municipais nºs 6.316/13 e 6372/2014, resolve:
 I- Apostilar a Portaria nº 32.648/2000 - DRH, que aposentou o(a) funcionário(a) **EURIDES TRINDADE DE OLIVEIRA**, matrícula nº 11.752-7, para declarar que, de conformidade com as Leis Municipais nº 6.316, de 12 de dezembro de 2013 e nº 6.372, de 15 de dezembro de 2014, e em face da instrução no Processo Pessoal nº 11752/E, a referência do cargo mencionado naquele diploma legal, fica alterada para referência "PE1-A", sendo desta forma, retificados seus proventos para 70,00% (setenta por cento) da referência "PE1-A", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de 12,62% (doze inteiros e sessenta e dois centésimos por cento) a título de senioridade, a partir de 1º de janeiro de 2014.

APOSTILA Nº2274/2015-SBCPREV

Considerando a aplicação das Leis Municipais nºs 6.316/13 e 6372/2014, resolve:
 I- Apostilar a Portaria nº 44.531/2009 - CRH.1, que aposentou o(a) funcionário(a) **ROSA MARIA SAILER IVO**, matrícula nº 25.192-3, para declarar que, de conformidade com as Leis Municipais nº 6.316, de 12 de dezembro de 2013 e nº 6.372, de 15 de dezembro de 2014, e em face da instrução no Processo Pessoal nº 25192/E, a referência do cargo mencionado naquele diploma legal, fica alterada para referência "EE1-G", sendo desta forma, retificados seus proventos para 100,00% (cem por cento) da referência "EE1-G", carga horária de 30 (trinta) horas semanais, acrescido de 10,41% (dez inteiros e quarenta e um centésimos por cento) a título de senioridade, a partir de 1º de janeiro de 2014.

APOSTILA Nº2275/2015-SBCPREV

Considerando a aplicação das Leis Municipais nºs 6.316/13 e 6372/2014, resolve:
 I- Apostilar a Portaria nº 454/2013 - SBCPREV, que aposentou o(a) funcionário(a) **MARIA CRISTINA SERAGLIA**, matrícula nº 25.383-6, para declarar que, de conformidade com as Leis Municipais nº 6.316, de 12 de dezembro de 2013 e nº 6.372, de 15 de dezembro de 2014, e em face da instrução no Processo Pessoal nº 25383/E, a referência do cargo mencionado naquele diploma legal, fica alterada para referência "EM3-E", sendo desta forma, retificados seus proventos para 100,00% (cem por cento) da referência "EM3-E", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de 14,87% (catorze inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) a título de senioridade, a partir de 1º de janeiro de 2014.

APOSTILA Nº2276/2015-SBCPREV

Considerando a aplicação das Leis Municipais nºs 6.316/13 e 6372/2014, resolve:
 I- Apostilar o item 4 da Portaria nº 40.903/2007-CRH.1, que aposentou o(a) funcionário(a) **MARTHA BEZERRA DE A. SOUZA**, matrícula nº 26.693-4, para declarar que, de conformidade com as Leis Municipais nº 6.316, de 12 de dezembro de 2013 e nº 6.372, de 15 de dezembro de 2014, e em face da instrução no Processo Pessoal nº 26693/H, a referência do cargo mencionado naquele diploma legal, fica alterada para referência "E2-A", sendo desta forma, retificados seus proventos para 07/30 avos da referência "E2-A", carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais, acrescido de 4,04% (quatro inteiros e quatro centésimos por cento) a título de senioridade, a partir de 1º de janeiro de 2014.

APOSTILA Nº2277/2015-SBCPREV

Considerando a aplicação das Leis Municipais nºs 6.316/13 e 6372/2014, resolve:
 I- Apostilar a Portaria nº 24.227/1996-DP que aposentou o(a) funcionário(a) **MÁRCIA APARECIDA CHEID MODES**, matrícula nº **8.942-1**, para declarar que, de conformidade com as Leis Municipais nº 6.316, de 12 de dezembro de 2013 e nº 6.372, de 15 de dezembro de 2014, e em face da instrução no Processo Pessoal nº 8942/E, a referência do cargo mencionado naquele diploma legal, fica alterada para referência "EM1-I", sendo desta forma, **mantidos** seus proventos em 100,00% (cem por cento) da soma de 30/36 avos da referência "36-A", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e de 06/36 avos da referência "33-A", carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de 19,51% (dezenove inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) a título de senioridade, a partir de 01 de janeiro de 2014.

HOMOLOGAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO CÁLCULO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

PROC.	ORIGEM
30636/E	SBCPREV DIRCEU PEDRO PEIXOTO
9609/E	SBCPREV VERA HELENA SCARPELLI NASSIF
11752/E	SBCPREV EURIDES TRINDADE DE OLIVEIRA
24531/E	SBCPREV CELIA CAVALCANTE GUEDES
25192/E	SBCPREV ROSA MARIA SAILER IVO
25383/E	SBCPREV MARIA CRISTINA SERAGLIA
26693/H	SBCPREV MARTHA BEZERRA DE A SOUZA
8953/E	SBCPREV MIRIAM APARECIDA VALEZINI
9143/E	SBCPREV NEUSA FONTANA
7400/E	SBCPREV NILZA BORELLI ERMOSO
8972/E	SBCPREV MARIA EMILIA DA SILVA CORREA
8974/E	SBCPREV ANA QUEVEDO PEREIRA

9209/E	SBCPREV	ERANIA BORRO GHIRALDELLI
9215/E	SBCPREV	WANDA CONCEIÇÃO CAGNO
9595/E	SBCPREV	ZAIRECI LEONEL VENTURINI
9249/E	SBCPREV	MARIA DAS GRAÇAS COSTA DE AZEVEDO
9062/E	SBCPREV	MAGDA BERTON
9609/E	SBCPREV	VERA HELENA SCARPELLI NASSIF
24531/E	SBCPREV	CELIA CAVALCANTE GUEDES
11752/E	SBCPREV	EURIDES TRINDADE DE OLIVEIRA
25192/E	SBCPREV	ROSA MARIA SAILER IVO
25383/E	SBCPREV	MARIA CRISTINA SERAGLIA
26693/H	SBCPREV	MARTHA BEZERRA DE A. SOUZA
8942/E	SBCPREV	MÁRCIA APARECIDA CHEID MODES

HOMOLOGAÇÃO DO CÁLCULO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

PROC.	ORIGEM
28762/E	SBCPREV RENATA DE MORAES SILVA
30644/E	SBCPREV MARCIA SIPANO DA SILVA ARAUJO

COMUNICADO DE FALECIMENTO Nº 038/2015

Matricula	Nome	Cargo	Data do Falecimento	CPF
3.287-2	JOSÉ AGEU DE ARAÚJO	APOSENTADO	20/09/2015	671.158.618-20
5.934-1	MARIA F SILVA OLIVEIRA	PENIONISTA	17/10/2015	131.464.058-57

JEFFERSON JOSÉ DA CONCEIÇÃO
 Diretor Superintendente

Movimento Domingo
 PRA SEMANA COMEÇAR BEM

TODOS OS DOMINGOS
A PARTIR DO DIA 4 DE OUTUBRO

A PREFEITURA DE SÃO BERNARDO PREPARA UM ESPAÇO PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER

ESTACIONAMENTOS DO GINÁSIO POLIESPORTIVO E RUA SÃO PAULO
DAS 9H ÀS 17H
 BASQUETE, ESPORTES DE RAQUETES, FUTEBOL CAIXOTE, VÔLEI DE AREIA, FUTEVÔLEI, BIKE, PATINS, SKATE ENTRE OUTROS

AV. BARÃO DE MAUÁ
DAS 07HS ÀS 11HS
 CORRIDA E CAMINHADA

www.saobernardo.sp.gov.br

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER **SÃO BERNARDO DO CAMPO**
 Uma cidade cada vez melhor de se viver

IMPORTANTE: EM DIAS DE CHUVA, AIGUNS EQUIPAMENTOS NÃO ESTARÃO DISPONÍVEIS.

SECRETARIA DE FINANÇAS - DEPTO. DO TESOURO EMISSÃO - 29/10/2015
 TABELA DE ATUALIZAÇÃO DE JUROS PARA DEBITOS DE QUALQUER NATUREZA - VALIDADE NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2015

ANO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1970	483,000	482,000	481,000	480,000	479,000	478,000	477,000	476,000	475,000	474,000	473,000	472,000
1971	471,000	470,000	469,000	468,000	467,000	466,000	465,000	464,000	463,000	462,000	461,000	460,000
1972	459,000	458,000	457,000	456,000	455,000	454,000	453,000	452,000	451,000	450,000	449,000	448,000
1973	447,000	446,000	445,000	444,000	443,000	442,000	441,000	440,000	439,000	438,000	437,000	436,000
1974	435,000	434,000	433,000	432,000	431,000	430,000	429,000	428,000	427,000	426,000	425,000	424,000
1975	423,000	422,000	421,000	420,000	419,000	418,000	417,000	416,000	415,000	414,000	413,000	412,000
1976	411,000	410,000	409,000	408,000	407,000	406,000	405,000	404,000	403,000	402,000	401,000	400,000
1977	399,000	398,000	397,000	396,000	395,000	394,000	393,000	392,000	391,000	390,000	389,000	388,000
1978	387,000	386,000	385,000	384,000	383,000	382,000	381,000	380,000	379,000	378,000	377,000	376,000
1979	375,000	374,000	373,000	372,000	371,000	370,000	369,000	368,000	367,000	366,000	365,000	364,000
1980	363,000	362,000	361,000	360,000	359,000	358,000	357,000	356,000	355,000	354,000	353,000	352,000
1981	351,000	350,000	349,000	348,000	347,000	346,000	345,000	344,000	343,000	342,000	341,000	340,000
1982	339,000	338,000	337,000	336,000	335,000	334,000	333,000	332,000	331,000	330,000	329,000	328,000
1983	327,000	326,000	325,000	324,000	323,000	322,000	321,000	320,000	319,000	318,000	317,000	316,000
1984	315,000	314,000	313,000	312,000	311,000	310,000	309,000	308,000	307,000	306,000	305,000	304,000
1985	303,000	302,000	301,000	300,000	299,000	298,000	297,000	296,000	295,000	294,000	293,000	292,000
1986	291,000	290,000	289,000	288,000	287,000	286,000	285,000	284,000	283,000	282,000	281,000	280,000
1987	279,000	278,000	277,000	276,000	275,000	274,000	273,000	272,000	271,000	270,000	269,000	268,000
1988	267,000	266,000	265,000	264,000	263,000	262,000	261,000	260,000	259,000	258,000	257,000	256,000
1989	255,000	254,000	253,000	252,000	251,000	250,000	249,000	248,000	247,000	246,000	245,000	244,000
1990	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1991	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1992	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1993	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1994	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
1995	250,000	249,000	248,000	247,000	246,000	245,000	244,000	243,000	242,000	241,000	240,000	239,000
1996	238,000	237,000	236,000	235,000	234,000	233,000	232,000	231,000	230,000	229,000	228,000	227,000
1997	226,000	225,000	224,000	223,000	222,000	221,000	220,000	219,000	218,000	217,000	216,000	215,000
1998	214,000	213,000	212,000	211,000	210,000	209,000	208,000	207,000	206,000	205,000	204,000	203,000
1999	202,000	201,000	200,000	199,000	198,000	197,000	196,000	195,000	194,000	193,000	192,000	191,000
2000	190,000	189,000	188,000	187,000	186,000	185,000	184,000	183,000	182,000	181,000	180,000	179,000
2001	178,000	177,000	176,000	175,000	174,000	173,000	172,000	171,000	170,000	169,000	168,000	167,000
2002	166,000	165,000	164,000	163,000	162,000	161,000	160,000	159,000	158,000	157,000	156,000	155,000
2003	154,000	153,000	152,000	151,000	150,000	149,000	148,000	147,000	146,000	145,000	144,000	143,000
2004	142,000	141,000	140,000	139,000	138,000	137,000	136,000	135,000	134,000	133,000	132,000	131,000
2005	130,000	129,000	128,000	127,000	126,000	125,000	124,000	123,000	122,000	121,000	120,000	119,000
2006	118,000	117,000	116,000	115,000	114,000	113,000	112,000	111,000	110,000	109,000	108,000	107,000
2007	106,000	105,000	104,000	103,000	102,000	101,000	100,000	99,000	98,000	97,000	96,000	95,000
2008	94,000	93,000	92,000	91,000	90,000	89,000	88,000	87,000	86,000	85,000	84,000	83,000
2009	82,000	81,000	80,000	79,000	78,000	77,000	76,000	75,000	74,000	73,000	72,000	71,000
2010	70,000	69,000	68,000	67,000	66,000	65,000	64,000	63,000	62,000	61,000	60,000	59,000
2011	58,000	57,000	56,000	55,000	54,000	53,000	52,000	51,000	50,000	49,000	48,000	47,000
2012	46,000	45,000	44,000	43,000	42,000	41,000	40,000	39,000	38,000	37,000	36,000	35,000
2013	34,000	33,000	32,000	31,000	30,000	29,000	28,000	27,000	26,000	25,000	24,000	23,000
2014	22,000	21,000	20,000	19,000	18,000	17,000	16,000	15,000	14,000	13,000	12,000	11,000
2015	10,000	9,000	8,000	7,000	6,000	5,000	4,000	3,000	2,000	1,000	0,000	0,000



NOVO CORREDOR ALVARENGA.

Seu caminho cada vez mais livre.

Quem circula pela Estrada dos Alvarengas contará em breve com um moderno corredor de transporte que vai encurtar distâncias e economizar o seu tempo. A nova ligação terá novo corredor exclusivo de ônibus, ciclovia, trechos duplicados e novas paradas ao longo dos seus 3 km, fazendo a interligação com o Terminal Alves Dias.

A ordem de serviço do corredor Alvarenga será assinada, primeiro passo para fazer desse importante projeto mais uma conquista para quem vive essa cidade.

Estação de
conexão Alvarenga

Hospital de Clínicas
Municipal

Terminal
Alves Dias

Praça Giovanni Breda
(Área Verde)

Assinatura da ordem de serviço
Dia 8/11, às 10h | Estrada dos Alvarengas, altura do nº 4.100
(em frente ao Clube da Ford)



SÃO BERNARDO DO CAMPO

Uma cidade cada vez melhor de se viver

www.saobernardo.sp.gov.br

/prefsbc

PROCESSOS INDEFERIDOS

Assunto: Autorização para Uso de Praça Pública
Processo Interessado
SB-52093/15 HÉLIO ALVES BEZERRA

Assunto: Cancelamento de Auto de Infração
Processo Interessado
SB-61994/15 JURANDYR DE PAULA JÚNIOR
SB-62568/15 MARCIA DE SOUZA OLIVEIRA COSTA

Nos termos da legislação vigente, ficam os municípios abaixo cientificados da decisão exarada pelo Sr. Secretário de Serviços Urbanos que indeferiu os pedidos tempestivos de cancelamento de multa.

- Assunto: Cancelamento de multa
Processo Interessado
SB-010.256/2008 LEONEL AUGUSTO PIRES GRANJO
SB-053.204/2012 CARVALHO & DE MOURA LANCHONETE LTDA.
SB-036.111/2015 VIRTUOSA PRODUÇÕES SHOWS W WVENTOS LTDA - EPP
SB-037.596/2015 SÃO JOÃO NOVO - SÃO ROQUE CASA DE EVENTOS LTDA.
SB-048.044/2015 ROBERLEI APARECIDO ERDEI
SB-054.982/2015 C.E.F ZABELLI - ME
SB-059.841/2015 RENAN TEIJI TSUTSUI
SB-060.026/2015 JOSE SIDNEI PEREIRA
SB-060.421/2015 A.PALVES CURSOS LIVRES - ME

SU-002-4 em 04 de novembro de 2015.
TARCÍSIO SECOLI
Secretário de Serviços Urbanos

SU002.2 - SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS E COMÉRCIO
EDITAL 243/2015

- Em cumprimento a lei 4974/2001 31 de maio de 2001
Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados, para execução dos serviços de:

- 001-LIMPEZA, CAPINAÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHO
Prazo legal para execução do serviço: 30 DIAS
006-REPAROS, CONSERV. E LIMPEZA DO PASSEIO
Prazo legal para execução do serviço: 60 DIAS
007-ENTULHO E MAT. DE CONSTRUÇÃO NO PASSEIO
Prazo legal para execução do serviço: 03 DIAS
054-PUBLICIDADE IRREGULAR-PLACAS NO PASSEIO
Prazo legal para execução do serviço: 01 DIA
072-CESSAR OCUPAÇÃO DO PASSEIO/VA PUBLICOS
Prazo legal para execução do serviço: 05 DIAS
099-COMERCIO AMBULANTE REALOCAÇÃO DE VAGA
Prazo legal para execução do serviço: 01 DIA

Prazos acima contados a partir da data de publicação do presente edital.
Eslarecemos aos contribuintes, que foram encaminhadas notificações individuais via correio.

Table with columns: NOME, INSCRICAO, SERVICOS, VALOR, TOTAL. Lists various taxpayers and their service details.

NOTIFICAÇÕES ENTREGUES EM MÃOS:
SERVIÇO: REASSUMIR AS ATIVIDADES DE VENDEDOR AMBULANTE
NOME NOTIFICAÇÃO PRAZO
PAULO FABIANO GON 751.910 03 DIAS

SU002.2, 04 DE NOVEMBRO DE 2015
MARIO ANTONIO MARGONARI, ENCARREGADO
JOAO LUIS LAURIELLO DE SOUZA, CHEFE
TARCÍSIO SECOLI, SECRETARIO

SU-002.1 - SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS E COMÉRCIO
EDITAL 045/2015

NOS TERMOS DO ARTIGO 25, PARAGRAFO TERCEIRO, ITEM 1, ALINEA B, DA LEI MUNICIPAL 1802/69 E SUAS ALTERACOES FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS, NOTIFICADOS DOS SEGUINTES LANÇAMENTOS E AUTUAÇOES:

Table with columns: NOME, INSCRICAO, COD-AVISO/EXE, VALOR, TOTAL, VENCTO, NUM.AUTO, COD DO LANÇAMENTO, PROCESSO. Lists taxpayers and their payment details.

- 034-OBSTACULOS NO PASSEIO PUBLICO
042-CESSAR OCUPAÇÃO DO PASSEIO PUBLICO
991-LICENCIAMENTO DE AMBULANTE

SU002.2, 04 DE NOVEMBRO DE 2015
JOAO LUIS LAURIELLO DE SOUZA - CHEFE
TARCÍSIO SECOLI - SECRETARIO DE SERVICOS URBANOS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
GABINETE DO PROCURADOR

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS,
COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS
DO PROC. Nº 1026774-22.2014.8.26.0564.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública, do Foro de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Dr(a). José Carlos de França Carvalho Neto, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública DL 3.365/1941 de Desapropriação contra ESPÓLIO DE JOÃO JOSÉ SUBRINHO cpf 140.079.378-50 e LUCIA RIMBANO cpf 520.458.548-68, objetivando a desapropriação de um terreno constituído de 81,25m² da Av. Luiz Pequini, 125-SB Campo-SP, cadastro imobiliário 003-082-021, planta A4-2408A, 1º CRÍ local matrícula 22.348, ante o Decreto Municipal nº 19080 de 14/10/2014 onde foi declarada de utilidade pública, face à implementação do Corredor Leste-Oeste, e, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Bernardo do Campo, aos 24 de setembro de 2015.

RESOLUÇÃO PGM Nº 001/15

Dispõe sobre regramentos em casos de pagamento de indenizações mensais continuadas

ADRIANA SANTOS BUENO ZULAR, Procuradora-Geral do Município, uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando a necessidade de resguardo aos interesses do Erário nos casos de condenação, após regular processamento junto ao Poder Judiciário, com o pagamento de indenizações mensais continuadas, mormente em caráter vitalício, e depósito em conta corrente apresentada pelo autor da ação, determina:

Art. 1º O envio de convocações anuais aos interessados, preferencialmente no mês de junho, para comparecimento no Gabinete da Procuradoria Geral, visando à comprovação de vida dos mesmos, bem como atualização cadastral.

Art. 2º No corpo da convocação haverá menção quanto à necessidade de comparecimento pessoal, sendo imprescindível que a pessoa esteja devidamente munida de documento de identidade com foto e de comprovante de residência atualizado.

Art. 3º No momento da visita deverão ser obtidas informações acerca de outros meios de contato, tais como telefone, celular e endereço eletrônico.

Art. 4º As informações pessoais atualizadas serão registradas e juntadas em processo administrativo onde se encontram os procedimentos relativos ao pagamento que vem sendo promovido, em ato ao final assinado pelo servidor responsável pelo atendimento e pelo interessado.

Art. 4º Somente será aceito o comparecimento de procurador, devidamente munido de instrumento formal registrado em cartório, no caso de impossibilidade de movimentação do interessado.

Art. 5º A inviabilidade de comparecimento por imobilidade deverá ser objeto de atestado firmado por autoridade médica, com a imprescindível indicação do CID - Cadastro Internacional de Doenças, a ser entregue no ato e devidamente registrada em processo administrativo.

Art. 6º Os casos não previstos por esta Ordem de Serviço serão objeto de devida análise, a ser registrada em processo administrativo.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PGM, em 28 de outubro de 2015.
ADRIANA SANTOS BUENO ZULAR
Procuradora-Geral do Município

SECRETARIA DE OBRAS
GABINETE DO SECRETÁRIO

DEPTO DE CONTROLE DE CONCESSIONARIAS - SO2
EDITAL 00016/2015

NOS TERMOS DO ARTIGO 25, PARAGRAFO TERCEIRO, ITEM 1, ALINEA B, DA LEI MUNICIPAL 1802/69 E SUAS ALTERACOES FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS, NOTIFICADOS DOS SEGUINTES LANÇAMENTOS:

Table with columns: NOME, INSCRICAO, COD-AVISO/EXE, VALOR, TOTAL. Lists taxpayers and their payment details.

SO2, 03 de Novembro DE 2015
ALAN JEFFERSON DA SILVA SANTOS
RESPONDENDO PELO DEPTO. DE CONTROLE DE CONCESSIONARIAS - SO.2

CONTROLE DE GAM DE OUTUBRO 2015

Table with columns: N.º, PROCESSO, CONCESSIONÁRIA, GAM, N.º, DATA DE EMISSÃO, VENCIMENTO, RUBRICA / VALOR (R\$), TOTAL (R\$), PAGO. Lists concessionary details.

JORNAL NM notícias do município



PUBLICAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Prefeito Luiz Marinho
Vice-Prefeito Frank Aguiar

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Secretaria Chefe de Gabinete Marcos Duarte

Secretaria de Governo José Albino de Melo

Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania Marcos Moreira de Carvalho

Secretaria de Finanças Paulo José de Almeida

Secretaria de Comunicação

Fábio Cassettari

Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo Nilza de Oliveira

Secretaria de Gestão Ambiental João Ricardo Guimarães

Secretaria de Cultura Osvaldo de Oliveira Neto

Secretaria de Relações Internacionais Tunico Vieira

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo Hitoshi Hyodo

Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania Márcia Barral

Secretaria de Educação

Paulo Dias Neves

Secretaria de Esportes e Lazer José Alexandre Pena Devesa

Secretaria de Segurança Urbana Cicero Ribeiro Silva

Secretaria de Habitação Tássia Regino

Secretaria de Saúde Odete Gialdi

Secretaria de Serviços Urbanos Tarcísio Secoli

Secretaria de Transportes e Vias Públicas Oscar José Carneiro Silveira Campos

Secretaria de Planejamento Urbano e Ação Regional Alfredo Luiz Buso

Secretaria de Administração e Modernização Administrativa José Augusto Gumieri Pereira

Coordenadoria de Ações para a Juventude Augusto Cezar Miorlo

Coordenadoria do Rudge Ramos Ramiro Meves

Subprefeitura do Riacho Grande Wagner Lino

Procuradoria Geral do Município Adriana Santos Bueno Zular

Fundação Criança Maurício Soares de Almeida

Agência Reguladora de Saneamento Básico Fábio Mariano

SBCPrev Jefferson José da Conceição

Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo Prof. Dr. Marcelo José Ladeira Mauad

Autarquia Rotativo São Bernardo Alexandre França Oliveira - Diretor

IMASF Glória Satoko Konno

www.saobernardo.sp.gov.br

CONTATO: Christian Mello Paço Municipal - (9º andar) Centro - Fone: 4348-1207

www.saobernardo.sp.gov.br
E-mail: noticiasdomunicípio@saobernardo.sp.gov.br

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Secretária Adjunta de Comunicação Gabriela Rocha

Diretora de Comunicação Denise Gorczeski MTB 20.244

Editor Executivo José Maria Silva Moreira MTB 29.658

Editores Alexandre de Arruda Postigo, Elenice Vieira, Emerson Bezerra e Wilson Moço

Editor de fotografia Wilson Magão

Arte e editoração Ismael Moura Christian Mello

SEMINÁRIO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA REDE ESCOLAR:

MINHA ESCOLA CUIDA DA ÁGUA

A Prefeitura de São Bernardo do Campo o convida para prestigiar o que as escolas do município estão fazendo para cuidar da água.

Dia 16 de novembro, das 8h às 18h

Local: Centro de Formação dos Profissionais de Educação (CENFORPE)
Restaurante Escola - Av. Dom Jaime de Barros Câmara, 201 - Planalto

Inscrições e informações: (11) 4367-6463

www.saobernardo.sp.gov.br/educacao-ambiental
#minhaescolacuidadaágua



SÃO BERNARDO DO CAMPO
Uma cidade cada vez melhor de se viver

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO RESOLUÇÃO CMDCA Nº 251/2015

Dispõe sobre a manutenção da impugnação da candidata à Eleição para o Conselho Tutelar – Gestão 2016/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bernardo Do Campo – CMDCA/SBC, no uso de suas atribuições legais, em especial a deliberação em plenária realizada em 28 de novembro de 2015 e registrada na Ata CMDCA nº 614,

RESOLVE:

Artigo 1º - Manter a decisão de impugnação do mandato **Sra. Elaine Oliveira Silva**
Motivo: Foram observados fatos que infringem a Lei Municipal nº 6.159/2011, alterada pela Lei Municipal nº 6375/2014 em seus artigos, 36, 36A e 36B, bem como as Resoluções CMDCA nº 209 e 220/2015.

Artigo 2º - Ascende a condição de titular ao Conselho Tutelar – Área de Abrangência II a **Sra. Eleni de Jesus Santos** e na condição de suplente a **Sra. Carleci Souza Santos**

Artigo 3º - Da deliberação referida no Artigo 1º desta Resolução, não caberá recursos no âmbito administrativo deste Conselho.

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo, 28 de outubro de 2015.

Antônio Carlos Firmino
Coordenador do CMDCA/SBC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO RESOLUÇÃO CMDCA Nº 252/2015

Dispõe sobre a decisão do CMDCA/SBC sobre o pedido de impugnação do Processo Eleitoral para o Conselho Tutelar – Gestão 2016/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bernardo Do Campo – CMDCA/SBC, no uso de suas atribuições legais, em especial a deliberação em plenária realizada em 28 de novembro de 2015 e registrada na Ata CMDCA nº 614,

RESOLVE:

Artigo 1º - Manter a o indeferimento do pedido de impugnação do processo eleitoral apresentado pelos candidatos: **Rodolfo Antônio de Oliveira Padiel, Luciana Oliveira Domingues, Graziela Veloso de Jesus e Maria Aparecida do Nascimento**, por não serem apresentados elementos novos no recurso apresentado a este CMDCA

Artigo 2º - Da deliberação referida no Artigo 1º desta Resolução, não caberá recursos no âmbito administrativo deste Conselho.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo, 28 de outubro de 2015.

Antônio Carlos Firmino
Coordenador do CMDCA/SBC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO RESOLUÇÃO CMDCA Nº 253/2015

Dispõe sobre a decisão do CMDCA sobre o pedido da candidata Marina Inês do Nascimento pela recontagem de votos contidos nas mídias eletrônicas da Eleição para o Conselho Tutelar – Gestão 2016/2019, referente à Área de Abrangência I.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bernardo Do Campo – CMDCA/SBC, no uso de suas atribuições legais, em especial a deliberação em plenária realizada em 28 de novembro de 2015 e registrada na Ata CMDCA nº 614,

RESOLVE:

Artigo 1º - Acatar a solicitação da Sra. Marina Inês do Nascimento de recontagem dos votos contidos nas mídias eletrônicas dos Locais de Votação da Área de Abrangência I.

Parágrafo único: A referida recontagem será realizada no dia 11/11/2015 as 9hrs, na SEDESC – sala 09, em plenária extraordinária do CMDCA, convocada exclusivamente para este fim, com a participação dos Conselheiros de Direitos do CMDCA, da requerente e representantes do Ministério Público.

Artigo 2º - Da deliberação referida no Artigo 1º desta Resolução, não caberá recursos no âmbito administrativo deste Conselho.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bernardo do Campo, 28 de outubro de 2015.

Antônio Carlos Firmino
Coordenador do CMDCA/SBC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº 338/2015

Dispõe sobre relação de entidades e organizações de assistência social que encontram-se com a documentação atualizada junto ao CMAS, bem como inscrição de entidade.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Bernardo do Campo, doravante denominado CMAS/SBC, no uso de suas atribuições legais, Considerando o deliberado na reunião ordinária 345ª do CMAS, ocorrida em 29 de outubro de 2015,

Resolve:

Art. 1º Publicar a relação das entidades e organizações de assistência social que encontram-se com sua documentação atualizada junto a este Órgão, conforme as Resoluções nº 109/09 e nº 14/14, do Conselho Nacional de Assistência Social, a saber:

I. Entidade de assistência social com atuação em apenas um município;

- a) Associação de Promoção Humana e Resgate da Cidadania- Centro de Formação Profissional “Padre Léo Comissari”, inscrição nº 71-I;
b) Núcleo de Apoio ao Pequeno Cidadão, inscrição nº 76-I;
c) Centro de Convivência Rafá, inscrição nº 111-I.

Art. 2º Publicar inscrição de entidade que não atua preponderantemente na assistência social, mas que desenvolve ações nessa área.

- a) Tia Sú Art Mania, inscrição nº 129-III.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor a partir de 29 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

São Bernardo do Campo, em 04 de novembro de 2015.

ROSALVA ALVES PORTELLA
Presidente do CMAS/SBC

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO RESOLUÇÃO CMI Nº 012/2015

Dispõe sobre registro de estabelecimento privado e renovação de registro provisório de estabelecimento privado.

O Conselho Municipal do Idoso São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições legais, em especial deliberação da 170ª Reunião Ordinária realizada no dia 23 de outubro de 2015,

Resolve:

Art. 1º - Conceder registro de estabelecimento privado à **SÁVIO ITALIANI MORADIA ASSISTIDA PARA IDOSOS LTDA-ME (RESIDÊNCIA PRIMAVERAS – CENTRO DE CONVIVÊNCIA E CUIDADOS AO IDOSO)**, registro nº 11, válido por 02 (dois) anos, a partir de 23 de outubro de 2015.

Art. 2º - Conceder renovação de registro provisório ao estabelecimento privado **CLINICA ESTORIL S/C LTDA**, com validade de 12 (doze) meses, a partir de 23 de outubro de 2015.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor a partir de 23 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

São Bernardo do Campo, 04 de novembro de 2015.

Carmen Célia Loverbeck
Presidente do Conselho Municipal do Idoso

SECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL GABINETE DO SECRETÁRIO

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL EDITAL DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 167/2015/SGA-114

Nos termos da legislação vigente, ficam os contribuintes, abaixo relacionados, CIENTIFICADOS dos prazos para apresentar documentos, das notificações e demais deliberações de recursos impetrados junto ao Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental – SGA-2:

Assunto: Prazo para providenciar licenciamento ambiental de atividade:			
NOME	RG/CPF/CNPJ	AUTO DE INSPEÇÃO	PRAZO
JULIO CESAR A. ROCHA	14.722.753/0001-15	2883/2015	30 DIAS
MARIA APARECIDA LIMA PAIVA	15.148.119/0001-83	2884/2015	30 DIAS
ALMIR JOSÉ ANDRADE	333.251.378-81	2373/2015	30 DIAS

Assunto: Solicitação de conversão de multa em serviços previstos no artigo 22 do DM 19.463/15:			
NOME	RG/CPF/CNPJ	COMUNIQUE-SE	DECISÃO
LUCIANA ARNONI PELISSARI LIMA	107.521.128-05	0524/2015	INDEFERIDO

Assunto: Solicitação de dilação de prazo:			
NOME	RG/CPF/CNPJ	COMUNIQUE-SE	DECISÃO
SPORTIN INDÚSTRIA DE APARELHOS PARA GINÁSTICA LTDA	60.580.750/0001-01	0517/2015	INDEFERIDO

Assunto: Solicitação de cancelamento de Auto de Infração Ambiental:			
NOME	RG/CPF/CNPJ	COMUNIQUE-SE	DECISÃO
SILVIO GILBERTO NUNES DE SOUZA	064.392.028-55	0526/2015	INDEFERIDO
ANDREI LUANA RODRIGUES DO AMARAL	294.822.728-38	0527/2015	INDEFERIDO
IGOR SILVEIRA	437.675.348-35	0525/2015	INDEFERIDO
WLADIMIR CABRAL LUSTOSA	769.194.428-15	0523/2015	INDEFERIDO
PIZZARIA TERRA NOVA LTDA	57.428.450/0001-05	0521/2015	INDEFERIDO
RILDO BEZERRA BUARQUE	061.101.818-70	0520/2015	INDEFERIDO
GILDA BARBOSA DE LIMA	220.888.788-31	0519/2015	INDEFERIDO
EDILSON VIEIRA BATISTA	183.734.828-65	0518/2015	INDEFERIDO

São Bernardo do Campo, em 04 de Novembro de 2015.

PAULA CIMINELLI RAMALHO
Diretora do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL EDITAL DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 168/2015/SGA-114

Nos termos do Artigo 9º parágrafo III, do Decreto Municipal 19.463/2015, fica os contribuintes abaixo relacionados, CIENTIFICADOS dos seguintes lançamentos por infrações ambientais:

Assunto: Disponibilizar ou lançar resíduos sólidos a céu aberto, em cursos d’água, áreas de várzeas, vias públicas, sistemas de drenagem de águas pluviais, de esgotos, poços, bueiros e assemelhados - Infração ao Decreto Municipal 19.463/15, artigo 103:			
NOME	RG/CPF/CNPJ/IE	A. INFRAÇÃO	LANÇAMENTO
GLEN MARK FARMACÉUTICA LTDA	44.636.661/0001-57	2920/2015	704/15-2934217

Assunto: Fazer funcionar atividade sem Licenciamento Ambiental - Infração ao Decreto Municipal 19.463/15, artigo 104:

NOME	RG/CPF/CNPJ/IE	A. INFRAÇÃO	LANÇAMENTO
GLEISON SIQUEIRA DE LIMA	469.102.758-02	2921/2015	704/15-2937357
ORIGINAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TAPETES AUTOMOTIVOS LTDA	11.251.965/0001-73	2922/2015	704/15-2937372

OS AUTUADOS DO ARTIGO 108 (construção irregular) FICAM ADVERTIDOS QUE SERÁ APRESENTADO NA JUSTIÇA A AÇÃO DEMOLITÓRIA POR NÃO SER REALIZADA A DEMOLIÇÃO VOLUNTÁRIA DETERMINADA EM TERMO DE EMBARGO.

Assunto: Deixar de atender exigências técnicas no prazo determinado - Infração ao Decreto Municipal 19.463/15, artigo 110:

NOME	RG/CPF/CNPJ/IE	A. INFRAÇÃO	LANÇAMENTO
GLEISON SIQUEIRA DE LIMA	469.102.758-02	2921/2015	704/15-2937357
JOSÉ VANDERSOM DOS SANTOS	003.087.245-69	3377/2015	704/15-2937365
ORIGINAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TAPETES AUTOMOTIVOS LTDA	11.251.965/0001-73	2922/2015	704/15-2937372

Observações:

DM 19.463/15 - Art. 24. Será concedido desconto de 30% (trinta por cento) no valor da multa aplicada caso o autuado efetue o pagamento da penalidade até 15 (quinze) dias antes do vencimento informado no primeiro boleto.

Parágrafo único. O prazo para pagamento com desconto não será alterado, mesmo em caso de apresentação de requerimento de conversão de multa, defesa ou impugnação.

DM 19.463/15 - Art. 48. O autuado terá um prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da autuação, para apresentação de defesa ou impugnação.

§ 4º O órgão ambiental responsável aplicará o desconto de 30% (trinta por cento), sempre que o autuado decidir efetuar o pagamento da penalidade no prazo previsto no caput deste artigo.

PRAZO PARA PAGAMENTO DA MULTA: 30 DIAS CONTADOS DO LANÇAMENTO.

São Bernardo do Campo, em 04 de Novembro de 2015.

PAULA CIMINELLI RAMALHO
Diretora do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL EDITAL DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 169/2015/SGA-114

Nos termos da legislação vigente, ficam os contribuintes, abaixo relacionados, CIENTIFICADOS dos Termos lavrados pela Seção de Fiscalização Ambiental – SGA-114:

TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO Nº 0519/2015 - Cia Itauleasing de Arr Mercantil - CNPJ: 49.925.225/0001-48 - Apreensão de veículo automotor marca Ford, modelo Ka - placas KAK 1948/SP, com encaminhamento para o Pátio Municipal de Apreensão de Veículos de São Bernardo do Campo - SP.

TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO Nº 0525/2015 - Cleiton Araujo da Silva - CPF: 446.695.228-03 - Apreensão de veículo automotor marca VW, modelo Parati - placas BGM 5910/SP, com encaminhamento para o Pátio Municipal de Apreensão de Veículos de São Bernardo do Campo - SP.

TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO Nº 0687/2015 - Renato dos Anjos Onofre - CPF: 405.955.698-03 - Apreensão de veículo automotor marca VW, modelo Gol - placas EAL 5448/SP, com encaminhamento para o Pátio Municipal de Apreensão de Veículos de São Bernardo do Campo - SP.

TERMO DE EMBARGO OU INTERDIÇÃO Nº 0612/2015 - Gleison Siqueira de Lima - CPF: 469.102.758-02 - Atividade de lava rápido sem licenciamento ambiental - Local: Rua JOSEFINA Leonor Loto Bueno, nº 297 - Bairro Montanhão - Inscrição imobiliária 512.030.084.000.

TERMO DE EMBARGO OU INTERDIÇÃO Nº 0613/2015 - Original Indústria e Comércio de Tapetes Automotivos Ltda - CNPJ: 11.251.965/0001-73 - Atividade sem licenciamento ambiental - Local: Rua Takichi Takai, nº 39 - Bairro Rudge Ramos - Inscrição imobiliária 010.038.096.000.

São Bernardo do Campo, em 04 de Novembro de 2015.

PAULA CIMINELLI RAMALHO

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL EDITAL DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 170/2015/SGA-114

Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 8º da Lei 6.323, de 19 de Dezembro de 2013, fica os contribuintes abaixo relacionados, CIENTIFICADOS dos seguintes lançamentos:

Assunto: Causar d'istúrbio sonoro - Infração ao artigo 15 da Lei Municipal 6323/13:			
NOME	RG/CPF/CNPJ/IE	A. INFRAÇÃO	LANÇAMENTO
CIA ITAULEASING DE ARR MERCANTIL	49.925.225/0001-48	0605/2015	704/15-2937351
CLEITON ARAUJO DA SILVA	446.695.228-09	0616/2015	704/15-2937355
RENATO DOS ANJOS ONOFRE	405.955.698-03	2960/2015	704/15-2941432

São Bernardo do Campo, em 04 de Novembro de 2015.

PAULA CIMINELLI RAMALHO
Diretora do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL EDITAL DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 171/2015/SGA-114

Nos termos do parágrafo único, artigo 384 da Lei 4974 de 31 de maio de 2001, fica os contribuintes abaixo relacionados, CIENTIFICADOS das seguintes Notificações e Lançamentos:

Assunto: Recurso solicitando cancelamento de Auto de Infração de Posturas:			
NOME	INSC. IMOBILIÁRIA	COMUNIQUE-SE	DECISÃO
MEGA IMÓVEIS ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - EPP	524.420.001.000	0528/2015	DEFERIDO

Assunto: Notificação para realizar serviços de reparos e conservação de passeio público ecológico nos terrenos com as inscrições imobiliárias relacionadas abaixo, conforme preceluta os artigos 79 e 80 da Lei Municipal 4974/01:

NOME	INSC. IMOBILIÁRIA	NOTIFICAÇÃO	PRAZO
MARCELO FANTIN	524.207.019.000	0111/2015	60 DIAS

Assunto: Deixar de realizar serviços de construção de muro de fecho nos terrenos com as inscrições imobiliárias relacionadas abaixo, conforme preceluta o artigo 70 da Lei Municipal 4974/01:

NOME	INSC. IMOBILIÁRIA	AUTO DE INFRAÇÃO	LANÇAMENTO
NILTON PEREIRA BARBOSA	524.015.014.000	0049/2015	704/15-2941187

São Bernardo do Campo, em 04 de Novembro de 2015.

PAULA CIMINELLI RAMALHO
Diretora do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL

Termo de Compromisso Ambiental - TCA nº 058/2015 firmado em decorrência do Auto de Infração Ambiental nº 0082/2013 (Processo Administrativo nº SB 13374/2013). Compromissário: RITA DUTRA ZABUSCHA. Objeto: Entregar QUARENTA E SETE mudas de espécies arbóreas nativas da Mata Atlântica para o viveiro municipal de São Bernardo do Campo. Vigência: sessenta dias após assinatura do referido termo para entrega das mudas. Data de assinatura: 22/10/2015. Fundamento Legal: art. 107 da Lei nº 6.163/2011 e art. 6º do Decreto nº 19.463/15.

São Bernardo do Campo, em 04 de Novembro de 2015.

PAULA CIMINELLI RAMALHO
Diretora do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental

CANCELAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental torna público o cancelamento do seguinte documento: Auto de Infração Ambiental nº 2920/2015 com o respectivo lançamento nº 704/15-2934217;

São Bernardo do Campo, em 04 de Novembro de 2015.
PAULA CIMINELLI RAMALHO
Diretora do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental

CANCELAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURAS

O Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental torna público o cancelamento do seguinte documento: Auto de Infração nº 0046/2015 com o respectivo lançamento nº 704/15-2907976;

São Bernardo do Campo, em 04 de Novembro de 2015.
PAULA CIMINELLI RAMALHO
Diretora do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental

COMUNIQUE-SE Nº 516/2015 - PROCESSO SB 67562/2012

Ref.: Esclarecimentos - Gestão Ambiental

Considerando a solicitação de vistoria para averiguação de irregularidades ambientais no imóvel localizada na Estrada Hawaii Clube Tozan, nº 855 - Jardim Tupã, nos cabe informar que em vistoria realizada no dia 27 de Outubro do decorrente ano não constatamos indícios que possam ser considerados como infração ambiental no referido imóvel.

São Bernardo do Campo, em 04 de Novembro de 2015.
PAULA CIMINELLI RAMALHO
Diretora do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL EDITAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 32/2015

Em cumprimento à legislação municipal vigente, segue publicado, para ciência do respectivo interessado e a quem interessar, os processos que foram objeto de despacho decisório neste Departamento, sito à Rua Jacquy nº 61, 1º Andar, Rudge Ramos, seguindo os mesmos para os devidos fins.

Assunto: Intervenção em Vegetação e/ou APP

Deferimento Processos	Interessado	Autorizado
SB 03261/2009 SB 11030/2004 SB 13700/2010	EVARISTO ANDRÉ COPPINI SEB DO BRASIL PRODUTOS DOMÉSTICOS LTDA. BETA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	Remoção Remoção *Prorrogação de Prazo* Compensação Ambiental* até o dia 12/11/2016*
SB 47075/2015	ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS REGIONAL SÃO BERNARDO DO CAMPO	Remoção
SB 56391/2015 SB 57827/2015 SB 57881/2015	ATACADÃO S/A RADAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. TRANSZERO TRANSPORT. DE VEÍCULOS LTDA.	Remoção Remoção Remoção

Assunto: Licenciamento Ambiental de Atividades

Deferimento	Processo	Nome / Endereço	Licença Emitida
SB 29289/2015		"SUELIO ALVES DE SOUZA" Rua Pindorama, 502 - Vila Jordanópolis"	"Licença Simplificada - LS n.º 192/2015" Oficina mecânica de veículo automotor"
SB 43991/2015		"CEPNA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA. - EPP" Rua Zélia, 431 - Chácara Dublin Paulista"	"Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação - LPIO n.º 220/2015" Fabric. apar. reprodução, gravação e amplificação áudio e vídeo"
SB 46973/2015		"MIZUNAMI PISCINA E LAZER LTDA. - EPP" "Rua Zélia, 371 - Chácara Dublin Paulista"	"Licença de Operação - LO n.º 222/2015" Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente"
SB 48694/2015		"SABIL AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. "Rua Aiaruoca, 37 / 41 - Chácara Serjipe"	"Licença de Operação - LO n.º 223/2015" Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle"
SB 53510/2015		"MELTING COLOR GRÁFICA E EDITORA LTDA." Rua André Rosa Coppini, 142 - Vila Armando Bondioli"	"Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação - LPIO n.º 221/2015" Serviços de pré-impressão"
SB 83741/2014		"FRANCISCO B. DE SOUSA SOBRINHO FERRAMENTAS-EPP" Avenida Pedro Mendes, 2104 / 2104-A - Bairro Montanhão"	"Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação - LPIO n.º 217/2015" Fabricação de máquinas - ferramenta, peças e acessórios"

São Bernardo do Campo, 04 de Novembro de 2015
PAULA CIMINELLI RAMALHO
Diretora do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental

ETCSBC - EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO AUTARQUIA MUNICIPAL

EDITAL Nº. 029/2015-PRES.

Assunto: GRATUIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

Em cumprimento à legislação vigente seguem publicados abaixo para ciência dos respectivos interessados os processos que foram objeto de despacho:

PROCESSOS DEFERIDOS:

Processo nº	Interessado
SB-060724/2015	ELIANE ALVES DE ANDRADE
SB-060905/2015	JOSE NILTON ARRUDA SILVA
SB-062575/2015	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA GONÇALVES IBIAPINO

PROCESSOS INDEFERIDOS:

Processo nº	Interessado
SB-070639/2012	GERCINA MARIA DE JESUS
SB-061872/2015	LIDUINA MARTINS COSTA
SB-062421/2015	BRAZ DONIZETI DEJAVITE

São Bernardo do Campo, 04 de novembro de 2015.
LUIZ ANTÔNIO ROSA
Diretor Presidente

PORTARIA N.º 004 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

Luiz Antônio Rosa, matrícula n.º 4257, Diretor Presidente da Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo – ETCSBC, nos termos da Portaria n.º 9.340 de 22 de setembro de 2014 do Executivo Municipal, no uso e gozo das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 30 do Decreto Municipal n.º 18.790 de 20/02/2014 que regulamentou a Lei Municipal n.º 5.471/2005, e considerando o afastamento de férias do empregado Jose da Cruz, registro 4240:

Resolve:

1.º - Designar o empregado Vanderlei Bento dos Santos, registro 4245, ocupando o cargo de Auxiliar Técnico Administrativo, referência 08, para responder pelas atribuições do Assessor da Diretoria Administrativa e Financeira, referência 33, no período de 29 de outubro de 2015 a 14 de novembro de 2015.

2.º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, produzindo seus efeitos de 29 de outubro de 2015 a 14 de novembro de 2015.

São Bernardo do Campo, 03 de novembro de 2015.
Luiz Antônio Rosa
Diretor Presidente

FAÇULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO AUTARQUIA MUNICIPAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2015

A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – Autarquia Municipal, torna público que estão abertas no período de 9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015, as inscrições para processo seletivo simplificado para contratação de Professor de Filosofia do Direito (Departamento de Disciplinas Básicas) por prazo determinado, na forma da legislação municipal vigente.

1. DO PROFESSOR CONTRATADO

1.1 – Para as atividades de Professor Contratado, a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo oferece 01 (uma) vaga com, no mínimo, 04 (quatro) aulas semanais na área de Filosofia do Direito (Departamento de Disciplinas Básicas), para os períodos matutino e/ou noturno, a critério exclusivo da **FACULDADE**.

1.2 - A critério exclusivo da **FACULDADE**, caso os candidatos à frente na classificação final assumam um número menor de aulas, poderão as restantes serem oferecidas aos candidatos remanescentes, observada a ordem de Classificação.

1.3 - A distribuição das aulas semanais ficará a critério exclusivo da **FACULDADE**.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições serão recebidas na **FACULDADE**, na Seção de Administração, localizada na Rua Java, 425, Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo/SP, no período de **9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015**, no horário das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

2.2 - O requerimento de inscrição, firmado pelo candidato ou procurador com poderes específicos, será acompanhado dos documentos enumerados no item 3.1 deste Edital, além do comprovante de pagamento do preço público de R\$ 61,00 (sessenta e um reais), recolhido, em dinheiro, junto à Seção de Finanças da **FACULDADE**.

2.2.1 - No caso de inscrição por procuração, o requerimento de inscrição também deverá ser acompanhado do respectivo instrumento de mandato de procuração com reconhecimento de firma, e de documento de identidade do procurador (cópia autenticada).

2.3 - Não serão aceitas, em qualquer hipótese, inscrições condicionais, mas será admitida a substituição de documentos originais por cópias autenticadas, ou cópias simples mediante a apresentação dos documentos originais e conferência no ato da inscrição.

2.4 - Em nenhuma hipótese haverá devolução da importância referente ao preço público cobrado e da documentação apresentada, salvo casos excepcionais devidamente justificados, a critério do Diretor.

2.5 – A critério da **FACULDADE** o prazo de inscrição poderá ser prorrogado.

2.6 - O pedido de inscrição implica no conhecimento do presente Edital e na sua conseqüente aceitação pelo candidato.

3. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 - No pedido de inscrição, formulado em impresso próprio, o candidato deverá juntar os seguintes documentos:

a) cópias autenticadas ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, de Documento de Identidade (RG, OAB ou Carteira Nacional de Habilitação) e do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda, caso o número deste não conste do Documento de Identidade apresentado;

b) cópia autenticada ou cópia simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do diploma de Bacharel em Direito;

c) cópia autenticada ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do título de Mestre, Doutor ou Livre Docente em Direito ou Filosofia emitido por Instituição de Ensino com programa de Pós-Graduação regularmente credenciada junto ao Ministério da Educação – MEC ou ao órgão a que legalmente esteja submetido. Esses documentos podem ser substituídos por cópia simples de certidão, de ata ou outro documento emitido pela Instituição de Ensino atestando aprovação em Banca de Mestrado, Doutorado ou de Livre Docência, cujo respectivo título esteja pendente de expedição;

d) cópia do Currículo cadastrado na Plataforma Lattes atualizado com indicação do link;

e) 1 (uma) foto 3x4cm recente;

3.2 – Somente serão habilitados à seleção os candidatos que entregarem todos os documentos exigidos no item 2.1.

4. DA PROVA E DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 – A prova escrita será realizada nas dependências da **FACULDADE**, localizada na Rua Java, 425 – Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo, no dia **23 de novembro de 2015, às 9h30**.

a) o candidato deverá comparecer ao local de realização das provas munido de caneta esferográfica com **tinta preta**. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.

4.2- O processo seletivo é composto de:

- a) prova escrita, com duração de 120 (cento e vinte) minutos, que consistirá na elaboração de uma dissertação sobre uma questão sorteada nos termos do item 4.3, não sendo permitido qualquer tipo de consulta;
- b) julgamento de títulos dos candidatos, 03 (três) pontos para o Título de Livre Docente em Direito ou Filosofia, 02 (dois) pontos para o Título de Doutor em Direito ou Filosofia e 01 (um) ponto para o Título de Mestre em Direito ou Filosofia. Os pontos não são cumulativos e prevalecerá o de maior titulação.

4.3 – A questão relativa à prova escrita será na área de Filosofia do Direito e sorteada no mesmo dia e horário designado para a realização da prova, no início da sessão. Os temas são:

1.) *Herbert L. A. Hart*: suas críticas à "jurisprudência analítica" de John Austin e ao "normativismo jurídico" de Hans Kelsen e a teoria da regra social de reconhecimento;

2.) *Ronald M. Dworkin*: suas críticas ao realismo jurídico norte-americano e ao "sistema de regras" de Herbert Hart e a teoria do direito como integridade;

3.) *Interpretação e aplicação do direito nas teorias de Kelsen, Hart e Dworkin*: pressupostos, distinções e implicações;

4.) *Direito, moralidade e justiça nas teorias de Kelsen, Hart e Dworkin*: relações, distinções e implicações;

5.) *Sistema jurídico, decisões judiciais e democracia nas teorias de Kelsen, Hart e Dworkin*: relações, implicações e desafios.

4.3.1 – No tocante ao conteúdo a ser desenvolvido para todos os temas determinados no item 4.3, são indicadas como referências bibliográficas básicas para a dissertação as seguintes obras:

a.) DWORKIN, Ronald. O império do Direito. São Paulo: Martins Fontes.

b.) MARANHÃO, Juliano. Positivismo jurídico lógico-inclusivo. São Paulo / Madri: Editora Marcial Pons.

c.) MARCONDES, Danilo; STRUCHINER, Noel. Textos básicos de filosofia do Direito: de Platão a Frederick Schauer. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

d.) RODRIGUEZ, José Rodrigo. Como decidem as cortes? Para uma crítica do direito (brasileiro). Rio de Janeiro: Editora FGV.

e.) ZIPPELIUS, Reinhold. Filosofia do Direito. São Paulo: Editora Saraiva.

4.4 – A prova escrita, uma vez concluída e entregue, ficará em poder da banca examinadora.
4.5 – Será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez) para a dissertação da prova escrita, que será lançada em folha apropriada.

4.6 – À média de notas atribuídas, serão acrescidos os pontos referentes ao título apresentado pelo candidato, conforme item 4.2, letra "b")

4.7 – Será desclassificado o candidato que não obtiver, na média de notas atribuídas, acrescida dos pontos referentes ao título do candidato, a nota mínima 7 (sete).

4.8 – No caso de empate entre os candidatos na classificação final, terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do Parágrafo Único do Art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente ao demais. Permanecendo a igualdade, prevalecerá aquele de maior titulação. E como último critério, aquele que defendeu a tese ou a dissertação há mais tempo.

4.10 – Somente será admitido, na sala de provas, o candidato que estiver munido da Cédula de Identidade ou de outro documento oficial, original, com foto, acompanhado do respectivo comprovante de inscrição.

4.11 – Não caberá segunda chamada, implicando a ausência ou atraso do candidato na sua eliminação.

5. DA VISTA DAS PROVAS, DO RESULTADO E DOS RECURSOS

5.1 – O resultado será divulgado no site da **FACULDADE (www.direitoscbr.br)**, no dia **27 de novembro de 2015**.

a) - Os resultados, as provas, notas atribuídas e demais documentos serão mantidos, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, na Seção de Administração da **FACULDADE**, à disposição dos candidatos ou de seus mandatários, regularmente constituídos, para o exame de sua prova e de seus documentos, nos horários das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

b) - O candidato, nos dias **30 de novembro, 01 e 02 de dezembro de 2015**, poderá recorrer, mediante petição fundamentada, protocolizada na Seção de Administração da **FACULDADE**;

c) - O Diretor da **FACULDADE**, após ouvir a Banca Examinadora, julgará o recurso eventualmente interposto. As decisões do Diretor são terminativas e delas não cabe recurso.

5.2 – Transcorrido o prazo estabelecido na alínea "b" do item 5.1, o resultado final do presente processo seletivo simplificado será homologado pelo Diretor da **FACULDADE**, divulgado no site da **FACULDADE** e, obrigatoriamente, publicado no Jornal "Notícias do Município", na ordem de classificação e contendo a pontuação de cada candidato.

6. DA CONTRATAÇÃO E DA REMUNERAÇÃO

6.1 - O candidato aprovado e classificado poderá ser contratado pelo período de até 1 (um) ano como Professor desta Faculdade de Direito, e ficará submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, podendo ser prorrogado, desde que seja respeitado o limite máximo de 2 (dois) anos.

6.2 – O Professor receberá por aula ministrada.

6.3 – Nesta data, o valor da hora-aula do Professor é de R\$ 73,26(setenta e três reais e vinte e seis centavos).

6.4 – A remuneração mensal será calculada com base na sua carga horária semanal multiplicada pelo valor da hora-aula, multiplicada por quatro semanas.

6.5 – Para o ano letivo de 2016 a previsão é de 04 (quatro) aulas semanais no mínimo.

6.6 – No ato da contratação o candidato aprovado deverá apresentar:

- a) se ex-servidor público, declaração de não ter sido exonerado a bem do serviço público ou ter sido demitido por justa causa;
- b) se servidor público, declaração de que não acumulará emprego, função ou cargo público, exceto se enquadrar-se nas hipóteses permitidas pelo artigo 37, inciso XVI, Constituição Federal;
- c) além dos documentos solicitados pelo Setor de Recursos Humanos desta Instituição, a declaração dos bens e valores que integram o seu patrimônio, bem como os do cônjuge, companheiro, filhos ou outras pessoas que vivam sob a sua dependência econômica, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico, conforme determina o Decreto Municipal nº 18984/2014, artigo 2º, de 24 de julho de 2014.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1– A validade da presente seleção é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada uma vez por igual período.
- 7.2 – Cópia deste edital será fornecida ao candidato por ocasião da inscrição.
- 7.3 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da **FACULDADE**.

São Bernardo do Campo, 06 de novembro de 2015.
PROF. DR. MARCELO JOSÉ LADEIRA MAUAD
Diretor

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 06/2015

A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – Autarquia Municipal, torna público que estão abertas no período de 9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015, as inscrições para processo seletivo simplificado para contratação de Professor de Direito Processual Civil (Departamento de Direito Processual Civil) por prazo determinado, na forma da legislação municipal vigente.

1. DO PROFESSOR CONTRATADO

1.1 – Para as atividades de Professor Contratado, a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo oferece 01 (uma) vaga com, no mínimo, 06 (seis) aulas semanais na área de Direito Processual Civil (Departamento de Direito Processual Civil), para os períodos matutino e/ou noturno, a critério exclusivo da **FACULDADE**.

1.2 - A critério exclusivo da **FACULDADE**, caso os candidatos à frente na classificação final assumam um número menor de aulas, poderão as restantes serem oferecidas aos candidatos remanescentes, observada a ordem de Classificação.

1.3 - A distribuição das aulas semanais ficará a critério exclusivo da **FACULDADE**.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições serão recebidas na **FACULDADE**, na Seção de Administração, localizada na Rua Java, 425, Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo/SP, no período de 9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015, no horário das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

2.2 - O requerimento de inscrição, firmado pelo candidato ou procurador com poderes específicos, será acompanhado dos documentos enumerados no item 3.1 deste Edital, além do comprovante de pagamento do preço público de R\$ 61,00 (sessenta e um reais), recolhido, em dinheiro, junto à Seção de Finanças da **FACULDADE**.

2.2.1 - No caso de inscrição por procuração, o requerimento de inscrição também deverá ser acompanhado do respectivo instrumento de mandato de procuração com reconhecimento de firma, e de documento de identidade do procurador (cópia autenticada).

2.3 - Não serão aceitas, em qualquer hipótese, inscrições condicionais, mas será admitida a substituição de documentos originais por cópias autenticadas, ou cópias simples mediante a apresentação dos documentos originais e conferência no ato da inscrição.

2.4 - Em nenhuma hipótese haverá devolução da importância referente ao preço público cobrado e da documentação apresentada, salvo casos excepcionais devidamente justificados, a critério do Diretor.

2.5 – A critério da **FACULDADE** o prazo de inscrição poderá ser prorrogado.

2.6 - O pedido de inscrição implica no conhecimento do presente Edital e na sua consequente aceitação pelo candidato.

3. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 - No pedido de inscrição, formulado em impresso próprio, o candidato deverá juntar os seguintes documentos:

a) cópias autenticadas ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, de Documento de Identidade (RG, OAB ou Carteira Nacional de Habilitação) e do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda, caso o número deste não conste do Documento de Identidade apresentado;

b) cópia autenticada ou cópia simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do diploma de Bacharel em Direito;

c) cópia autenticada ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do título de Mestre, Doutor ou Livre Docente em Direito emitido por Instituição de Ensino com programa de Pós-Graduação regularmente credenciada junto ao Ministério da Educação – MEC ou ao órgão a que legalmente esteja submetido. Esses documentos podem ser substituídos por cópia simples de certidão, de ata ou outro documento emitido pela Instituição de Ensino atestando aprovação em Banca de Mestrado, Doutorado ou de Livre Docência, cujo respectivo título esteja pendente de expedição;

d) cópia do Currículo cadastrado na Plataforma Lattes atualizado com indicação do link;

e) 1 (uma) foto 3x4cm recente;

3.2 – Somente serão habilitados à seleção os candidatos que entregarem todos os documentos exigidos no item 2.1.

4. DA PROVA E DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 – A prova escrita será realizada nas dependências da **FACULDADE**, localizada na Rua Java, 425 – Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo, no dia 19 de novembro de 2015, às 9h30.

a) o candidato deverá comparecer ao local de realização das provas munido de caneta esferográfica com **tinta preta**. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.

4.2- O processo seletivo é composto de:

a) prova escrita, com duração de 120 (cento e vinte) minutos, que consistirá na elaboração de uma dissertação sobre uma questão sorteada nos termos do item 4.3, não sendo permitido qualquer tipo de consulta;

b) julgamento de títulos dos candidatos, 03 (três) pontos para o Título de Livre Docente em Direito, 02 (dois) pontos para Título de Doutor em Direito e 01 (um) ponto para o Título de Mestre em Direito. Os pontos não são cumulativos e prevalecerá o de maior titulação.

4.3 – A questão relativa à prova escrita será na área de Direito Processual Civil e sorteada no mesmo dia e horário designado para a realização da prova, no início da sessão. Os temas são:

1. A Constituição e seu influxo no Direito Processual Civil
2. Tutela Provisória e seu tratamento no novo CPC
3. Recursos para os Tribunais Superiores e efeito vinculativo das suas decisões
4. Cumprimento de sentença em confronto com o processo de execução
5. Procedimentos especiais possessórios
6. Nulidades dos atos processuais
7. Sentença e Coisa Julgada
8. O sistema Judiciário Brasileiro frente aos meios extrajudiciais na solução de conflitos

4.4 – A prova escrita, uma vez concluída e entregue, ficará em poder da banca examinadora.

4.5 – Será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez) para a dissertação da prova escrita, que será lançada em folha apropriada.

4.6 – À média de notas atribuídas, serão acrescidos os pontos referentes ao título apresentado pelo candidato, conforme item 4.2, letra “b”)

4.7 – Será desclassificado o candidato que não obtiver, na média de notas atribuídas, acrescida dos pontos referentes ao título do candidato, a nota mínima 7 (sete).

4.8 – No caso de empate entre os candidatos na classificação final, terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do Parágrafo Único do Art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente ao demais. Permanecendo a igualdade, prevalecerá aquele de maior titulação. E como último critério, aquele que defendeu a tese ou a dissertação há mais tempo.

4.9 – Somente será admitido, na sala de provas, o candidato que estiver munido da Cédula de Identidade ou de outro documento oficial, original, com foto, acompanhado do respectivo comprovante de inscrição.

4.10 – Não caberá segunda chamada, implicando a ausência ou atraso do candidato na sua eliminação.

5. DA VISTA DAS PROVAS, DO RESULTADO E DOS RECURSOS

5.1 – O resultado será divulgado no site da **FACULDADE** (www.direitosbc.br), no dia 26 de novembro de 2015.

a) - Os resultados, as provas, notas atribuídas e demais documentos serão mantidos, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, na Seção de Administração da **FACULDADE**, à disposição dos candidatos ou de seus mandatários, regularmente constituídos, para o exame de sua prova e de seus documentos, nos horários das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

b) - O candidato, nos dias 27 e 30 de novembro e 01 de dezembro de 2015, poderá recorrer, mediante petição fundamentada, protocolizada na Seção de Administração da **FACULDADE**;

c) - O Diretor da **FACULDADE**, após ouvir a Banca Examinadora, julgará o recurso eventualmente interposto. As decisões do Diretor são terminativas e delas não cabe recurso.

5.2 – Transcorrido o prazo estabelecido na alínea “b” do item 5.1, o resultado final do presente processo seletivo simplificado será homologado pelo Diretor da **FACULDADE**, divulgado no site da **FACULDADE** e, obrigatoriamente, publicado no Jornal “Notícias do Município”, na ordem de classificação e contendo a pontuação de cada candidato.

6. DA CONTRATAÇÃO E DA REMUNERAÇÃO

6.1 - O candidato aprovado e classificado poderá ser contratado pelo período de até 1 (um) ano como Professor desta Faculdade de Direito, e ficará submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, podendo ser prorrogado, desde que seja respeitado o limite máximo de 2 (dois) anos.

6.2 – O Professor receberá por aula ministrada.

6.3 – Nesta data, o valor da hora-aula do Professor é de R\$ 73,26 (setenta e três reais e vinte e seis centavos).

6.4 – A remuneração mensal será calculada com base na sua carga horária semanal multiplicada pelo valor da hora-aula, multiplicada por quatro semanas.

6.5 – Para o ano letivo de 2016 a previsão é de 06 (seis) aulas semanais no mínimo.

6.6 – No ato da contratação o candidato aprovado deverá apresentar:

a) se ex-servidor público, declaração de não ter sido exonerado a bem do serviço público ou ter sido demitido por justa causa;

b) se servidor público, declaração de que não acumulará emprego, função ou cargo público, exceto se enquadrar-se nas hipóteses permitidas pelo artigo 37, inciso XVI, Constituição Federal;

c) além dos documentos solicitados pelo Setor de Recursos Humanos desta Instituição, a declaração dos bens e valores que integram o seu patrimônio, bem como os do cônjuge, companheiro, filhos ou outras pessoas que vivam sob a sua dependência econômica, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico, conforme determina o Decreto Municipal nº 18984/2014, artigo 2º, de 24 de julho de 2014.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1– A validade da presente seleção é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada uma vez por igual período.

7.2 – Cópia deste edital será fornecida ao candidato por ocasião da inscrição.

7.3 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da **FACULDADE**.

São Bernardo do Campo, 06 de novembro de 2015.
PROF. DR. MARCELO JOSÉ LADEIRA MAUAD
Diretor

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2015

A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – Autarquia Municipal, torna público que estão abertas no período de 9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015, as inscrições para processo seletivo simplificado para contratação de Professor de Ciência Política e Teoria do Estado (Departamento de Direito do Estado) por prazo determinado, na forma da legislação municipal vigente.

1. DO PROFESSOR CONTRATADO

1.1 – Para as atividades de Professor Contratado, a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo oferece 01 (uma) vaga com, no mínimo, 09 (nove) aulas semanais na área de Ciência Política e Teoria do Estado (Departamento de Direito do Estado) para os períodos matutino e/ou noturno, a critério exclusivo da **FACULDADE**.

1.2 - A critério exclusivo da **FACULDADE**, caso os candidatos à frente na classificação final assumam um número menor de aulas, poderão as restantes serem oferecidas aos candidatos remanescentes, observada a ordem de Classificação.

1.3 - A distribuição das aulas semanais ficará a critério exclusivo da **FACULDADE**.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições serão recebidas na **FACULDADE**, na Seção de Administração, localizada na Rua Java, 425, Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo/SP, no período de 9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015, no horário das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

2.2 - O requerimento de inscrição, firmado pelo candidato ou procurador com poderes específicos, será acompanhado dos documentos enumerados no item 3.1 deste Edital, além do comprovante de pagamento do preço público de R\$ 61,00 (sessenta e um reais), recolhido, em dinheiro, junto à Seção de Finanças da **FACULDADE**.

2.2.1 - No caso de inscrição por procuração, o requerimento de inscrição também deverá ser acompanhado do respectivo instrumento de mandato de procuração com reconhecimento de firma, e de documento de identidade do procurador (cópia autenticada).

2.3 - Não serão aceitas, em qualquer hipótese, inscrições condicionais, mas será admitida a substituição de documentos originais por cópias autenticadas, ou cópias simples mediante a apresentação dos documentos originais e conferência no ato da inscrição.

2.4 - Em nenhuma hipótese haverá devolução da importância referente ao preço público cobrado e da documentação apresentada, salvo casos excepcionais devidamente justificados, a critério do Diretor.

2.5 – A critério da **FACULDADE** o prazo de inscrição poderá ser prorrogado.

2.6 - O pedido de inscrição implica no conhecimento do presente Edital e na sua consequente aceitação pelo candidato.

3. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 - No pedido de inscrição, formulado em impresso próprio, o candidato deverá juntar os seguintes documentos:

a) cópias autenticadas ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, de Documento de Identidade (RG, OAB ou Carteira Nacional de Habilitação) e do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda, caso o número deste não conste do Documento de Identidade apresentado;

b) cópia autenticada ou cópia simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do diploma de Bacharel em Direito;

c) cópia autenticada ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do título de Mestre, Doutor ou Livre Docente em Direito ou Sociologia ou Ciência Política emitido por Instituição de Ensino com programa de Pós-Graduação regularmente credenciada junto ao Ministério da Educação – MEC ou ao órgão a que legalmente esteja submetido. Esses documentos podem ser substituídos por cópia simples de certidão, de ata ou outro documento emitido pela Instituição de Ensino atestando aprovação em Banca de Mestrado, Doutorado ou de Livre Docência, cujo respectivo título esteja pendente de expedição;

d) cópia do Currículo cadastrado na Plataforma Lattes atualizado com indicação do link;

e) 1 (uma) foto 3x4cm recente;

3.2 – Somente serão habilitados à seleção os candidatos que entregarem todos os documentos exigidos no item 2.1.

4. DA PROVA E DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 – A prova escrita será realizada nas dependências da **FACULDADE**, localizada na Rua Java, 425 – Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo, no dia 23 de novembro de 2015, às 9h30.

a) o candidato deverá comparecer ao local de realização das provas munido de caneta esferográfica com **tinta preta**. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.

4.2- O processo seletivo é composto de:

a) prova escrita, com duração de 120 (cento e vinte) minutos, que consistirá na elaboração de uma dissertação sobre uma questão sorteada nos termos do item 4.3, não sendo permitido qualquer tipo de consulta;

b) julgamento de títulos dos candidatos, 03 (três) pontos para o Título de Livre Docente em Direito, Sociologia ou Ciência Política; 02 (dois) pontos para Título de Doutor em Direito, Sociologia ou Ciência Política e 01 (um) ponto para o Título de Mestre em Direito, Sociologia ou Ciência Política. Os pontos não são cumulativos e prevalecerá o de maior titulação.

4.3 – A questão relativa à prova escrita será na área de Ciência Política e Teoria do Estado e sorteada no mesmo dia e horário designado para a realização da prova, no início da sessão. Os temas são:

- 1.- O Estado e a transição entre me-diievo e modernidade.
- 2.- Cidadania e participação política na contemporaneidade
- 3.- Constitucionalismo, inclusão e -Estado Social.
- 4.- A redefinição da soberania esta-tal a par-tir do constitucionalismo inte-rnacional.
5. Direitos Humanos- e Estado Democrático de Direito

4.3.1 - A bibliografia mínima sugerida para a consulta de que trata o subitem 4.2, letra “a”, é: a) DALLARI, Dalmo de Abreu. A Constituição --na vida dos povos: a Idade Média ao séc-ulo XXI. Editora Saraiva;

b) VAN CAENEGEM, R. C. Uma introdução histó-rica ao Direito Constitucional ocident-ri. Lisboa: Ed. Calouste Gulbenkian;-

c) BONAVIDES, Paulo. -Do Estado Liberal ao -Estado Social-. São Paulo: Malheiros;

d) COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação his-tórica dos direitos humanos. São Paulo:- -Saraiva;

e) SOARES, Mário Lúcio Quintão. Teoria do E-estado: o substrato clássico e os novos p-aradigmas em pré-compreensão para o di-reito constitucional. Belo Horizonte: De-I Rey;

f) RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direi-tos Humanos. São Paulo: Saraiva;

g) STRECK, Lenio Luiz. Ciência Política e T-eoria do Estado. Porto Alegre: Livr-ria -do Advogado Editora.

4.4 – A prova escrita, uma vez concluída e entregue, ficará em poder da banca examinadora.

4.5 – Será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez) para a dissertação da prova escrita, que será lançada em folha apropriada.

4.6 – À média de notas atribuídas, serão acrescidos os pontos referentes ao título apresentado pelo candidato, conforme item 4.2, letra "b")

4.7 – Será desclassificado o candidato que não obtiver, na média de notas atribuídas, acrescida dos pontos referentes ao título do candidato, a nota mínima 7 (sete).

4.8 – No caso de empate entre os candidatos na classificação final, terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do Parágrafo Único do Art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente ao demais. Permanecendo a igualdade, prevalecerá aquele de maior titulação. E como último critério, aquele que defendeu a tese ou a dissertação há mais tempo.

4.9 – Somente será admitido, na sala de provas, o candidato que estiver munido da Cédula de Identidade ou de outro documento oficial, original, com foto, acompanhado do respectivo comprovante de inscrição.

4.10 – Não caberá segunda chamada, implicando a ausência ou atraso do candidato na sua eliminação.

5. DA VISTA DAS PROVAS, DO RESULTADO E DOS RECURSOS

5.1 – O resultado será divulgado no site da FACULDADE (www.direitosbc.br), no dia **27 de novembro de 2015**.

a) Os resultados, as provas, notas atribuídas e demais documentos serão mantidos, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, na Seção de Administração da FACULDADE, à disposição dos candidatos ou de seus mandatários, regularmente constituídos, para o exame de sua prova e de seus documentos, nos horários das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

b) O candidato, nos dias **30 de novembro, 01 e 02 de dezembro de 2015**, poderá recorrer, mediante petição fundamentada, protocolizada na Seção de Administração da FACULDADE;

c) O Diretor da FACULDADE, após ouvir a Banca Examinadora, julgará o recurso eventualmente interposto. As decisões do Diretor são terminativas e delas não cabe recurso.

5.2 – Transcorrido o prazo estabelecido na alínea "b" do item 5.1, o resultado final do presente processo seletivo simplificado será homologado pelo Diretor da FACULDADE, divulgado no site da FACULDADE e, obrigatoriamente, publicado no Jornal "Notícias do Município", na ordem de classificação e contendo a pontuação de cada candidato.

6. DA CONTRATAÇÃO E DA REMUNERAÇÃO

6.1 - O candidato aprovado e classificado poderá ser contratado pelo período de até 1 (um) ano como Professor desta Faculdade de Direito, e ficará submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, podendo ser prorrogado, desde que seja respeitado o limite máximo de 2 (dois) anos.

6.2 – O Professor receberá por aula ministrada.

6.3 – Nesta data, o valor da hora-aula do Professor é de R\$ 73,26(setenta e três reais e vinte e seis centavos).

6.4 – A remuneração mensal será calculada com base na sua carga horária semanal multiplicada pelo valor da hora-aula, multiplicada por quatro semanas.

6.5 – Para o ano letivo de 2016 a previsão é de 09 (nove) aulas semanais no mínimo.

6.6 – No ato da contratação o candidato aprovado deverá apresentar:

a) se ex-servidor público, declaração de não ter sido exonerado a bem do serviço público ou ter sido demitido por justa causa;

b) se servidor público, declaração de que não acumulará emprego, função ou cargo público, exceto se enquadrar-se nas hipóteses permitidas pelo artigo 37, inciso XVI, Constituição Federal;

c) além dos documentos solicitados pelo Setor de Recursos Humanos desta Instituição, a declaração dos bens e valores que integram o seu patrimônio, bem como os do cônjuge, companheiro, filhos ou outras pessoas que vivam sob a sua dependência econômica, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico, conforme determina o Decreto Municipal nº 18984/2014, artigo 2º, de 24 de julho de 2014.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1– A validade da presente seleção é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada uma vez por igual período.

7.2 – Cópia deste edital será fornecida ao candidato por ocasião da inscrição.

7.3 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da FACULDADE.

São Bernardo do Campo, 06 de novembro de 2015.
PROF. DR. MARCELO JOSÉ LADEIRA MAUAD
Diretor

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2015

A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – Autarquia Municipal, torna público que estão abertas no período de **9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015**, as inscrições para processo seletivo simplificado para contratação de Professor de Direito Civil (Departamento de Direito Privado) por prazo determinado, na forma da legislação municipal vigente.

1. DO PROFESSOR CONTRATADO

1.1 – Para as atividades de Professor Contratado, a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo oferece 01 (uma) vaga com, no mínimo, 08(oito) aulas semanais na área de Direito Civil (Departamento de Direito Privado) para os períodos matutino e/ou noturno, a critério exclusivo da FACULDADE.

1.2 - A critério exclusivo da FACULDADE, caso os candidatos à frente na classificação final assumam um número menor de aulas, poderão as restantes serem oferecidas aos candidatos remanescentes, observada a ordem de Classificação.

1.3 - A distribuição das aulas semanais ficará a critério exclusivo da FACULDADE.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições serão recebidas na FACULDADE, na Seção de Administração, localizada na Rua Java, 425, Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo/SP, no período de **9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015**, no horário das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

2.2 - O requerimento de inscrição, firmado pelo candidato ou procurador com poderes específicos, será acompanhado dos documentos enumerados no item 3.1 deste Edital, além do comprovante de pagamento do preço público de R\$ 61,00 (sessenta e um reais), recolhido, em dinheiro, junto à Seção de Finanças da FACULDADE.

2.2.1 - No caso de inscrição por procuração, o requerimento de inscrição também deverá ser acompanhado do respectivo instrumento de mandato de procuração com reconhecimento de firma, e de documento de identidade do procurador (cópia autenticada).

2.3 - Não serão aceitas, em qualquer hipótese, inscrições condicionais, mas será admitida a substituição de documentos originais por cópias autenticadas, ou cópias simples mediante a apresentação dos documentos originais e conferência no ato da inscrição.

2.4 - Em nenhuma hipótese haverá devolução da importância referente ao preço público cobrado e da documentação apresentada, salvo casos excepcionais devidamente justificados, a critério do Diretor.

2.5 – A critério da FACULDADE o prazo de inscrição poderá ser prorrogado.

2.6 - O pedido de inscrição implica no conhecimento do presente Edital e na sua consequente aceitação pelo candidato.

3. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 - No pedido de inscrição, formulado em impresso próprio, o candidato deverá juntar os seguintes documentos:

a) cópias autenticadas ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, de Documento de Identidade (RG, OAB ou Carteira Nacional de Habilitação) e do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda, caso o número deste não conste do Documento de Identidade apresentado;

b) cópia autenticada ou cópia simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do diploma de Bacharel em Direito;

c) cópia autenticada ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do título de Mestre, Doutor ou Livre Docente em Direito emitido por Instituição de Ensino com programa de Pós-Graduação regularmente credenciada junto ao Ministério da Educação – MEC ou ao órgão a que legalmente esteja submetido. Esses documentos podem ser substituídos por cópia simples de certidão, de ata ou outro documento emitido pela Instituição de Ensino atestando aprovação em Banca de Mestrado, Doutorado ou de Livre Docência, cujo respectivo título esteja pendente de expedição;

d) cópia do Currículo cadastrado na Plataforma Lattes atualizado com indicação do link;

e) 1 (uma) foto 3x4cm recente;

3.2 – Somente serão habilitados à seleção os candidatos que entregarem todos os documentos exigidos no item 2.1.

4. DA PROVA E DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 – A prova escrita será realizada nas dependências da FACULDADE, localizada na Rua Java, 425 – Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo, no dia **23 de novembro de 2015, às 9h30**.

a) o candidato deverá comparecer ao local de realização das provas munido de caneta esferográfica com **tinta preta**. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.

4.2 - O processo seletivo é composto de:

a) prova escrita, com duração de 150 (cento e cinquenta) minutos, que consistirá na elaboração de dissertações sobre duas questões sorteadas nos termos do item 4.3, não sendo permitido qualquer tipo de consulta;

b) julgamento de títulos dos candidatos, 03 (três) pontos para o Título de Livre Docente em Direito, 02 (dois) pontos para Título de Doutor em Direito e 01 (um) ponto para o Título de Mestre em Direito. Os pontos não são cumulativos e prevalecerá o de maior titulação.

4.3 – A questão relativa à prova escrita será na área de Direito Civil, sendo a **1ª parte**: Obrigações e a **2ª parte**: Contratos, sorteadas no mesmo dia e horário designado para a realização da prova, no início da sessão. Os temas são:

a) Obrigações:
1 – Modalidades das obrigações
2 – Transmissão das obrigações
3 – Inadimplemento das obrigações

b) Contratos:
1 – Formações dos contratos
2 – A função social dos contratos
3 – Formas de extinção do contrato

4.4 – A prova escrita, uma vez concluída e entregue, ficará em poder da banca examinadora.

4.5 – Será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez) para cada dissertação da prova escrita, do que se extrairá a média da avaliação do candidato, também de 0 (zero) a 10 (dez), que será lançada em folha apropriada.

4.6 – À média de notas atribuídas, serão acrescidos os pontos referentes ao título apresentado pelo candidato, conforme item 4.2, letra "b")

4.7 – Será desclassificado o candidato que não obtiver, na média de notas atribuídas, acrescida dos pontos referentes ao título do candidato, a nota mínima 7 (sete).

4.8 – No caso de empate entre os candidatos na classificação final, terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do Parágrafo Único do Art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente ao demais. Permanecendo a igualdade, prevalecerá aquele de maior titulação. E como último critério, aquele que defendeu a tese ou a dissertação há mais tempo.

4.9 – Somente será admitido, na sala de provas, o candidato que estiver munido da Cédula de Identidade ou de outro documento oficial, original, com foto, acompanhado do respectivo comprovante de inscrição.

4.10 – Não caberá segunda chamada, implicando a ausência ou atraso do candidato na sua eliminação.

5. DA VISTA DAS PROVAS, DO RESULTADO E DOS RECURSOS

5.1 – O resultado será divulgado no site da FACULDADE (www.direitosbc.br), no dia **27 de novembro de 2015**.

a) Os resultados, as provas, notas atribuídas e demais documentos serão mantidos, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, na Seção de Administração da FACULDADE, à disposição dos candidatos ou de seus mandatários, regularmente constituídos, para o exame de sua prova e de seus documentos, nos horários das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

b) O candidato, nos dias **30 de novembro, 01 e 02 de dezembro de 2015**, poderá recorrer, mediante petição fundamentada, protocolizada na Seção de Administração da FACULDADE;

c) O Diretor da FACULDADE, após ouvir a Banca Examinadora, julgará o recurso eventualmente interposto. As decisões do Diretor são terminativas e delas não cabe recurso.

5.2 – Transcorrido o prazo estabelecido na alínea "b" do item 5.1, o resultado final do presente processo seletivo simplificado será homologado pelo Diretor da FACULDADE, divulgado no site da FACULDADE e, obrigatoriamente, publicado no Jornal "Notícias do Município", na ordem de classificação e contendo a pontuação de cada candidato.

6. DA CONTRATAÇÃO E DA REMUNERAÇÃO

6.1 - O candidato aprovado e classificado poderá ser contratado pelo período de até 1 (um) ano como Professor desta Faculdade de Direito, e ficará submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, podendo ser prorrogado, desde que seja respeitado o limite máximo de 2 (dois) anos.

6.2 – O Professor receberá por aula ministrada.

6.3 – Nesta data, o valor da hora-aula do Professor é de R\$ 73,26(setenta e três reais e vinte e seis centavos).

6.4 – A remuneração mensal será calculada com base na sua carga horária semanal multiplicada pelo valor da hora-aula, multiplicada por quatro semanas.

6.5 – Para o ano letivo de 2016 a previsão é de 08 (oito) aulas semanais no mínimo.

6.6 – No ato da contratação o candidato aprovado deverá apresentar:

a) se ex-servidor público, declaração de não ter sido exonerado a bem do serviço público ou ter sido demitido por justa causa;

b) se servidor público, declaração de que não acumulará emprego, função ou cargo público, exceto se enquadrar-se nas hipóteses permitidas pelo artigo 37, inciso XVI, Constituição Federal;

c) além dos documentos solicitados pelo Setor de Recursos Humanos desta Instituição, a declaração dos bens e valores que integram o seu patrimônio, bem como os do cônjuge, companheiro, filhos ou outras pessoas que vivam sob a sua dependência econômica, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico, conforme determina o Decreto Municipal nº 18984/2014, artigo 2º, de 24 de julho de 2014.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1– A validade da presente seleção é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada uma vez por igual período.

7.2 – Cópia deste edital será fornecida ao candidato por ocasião da inscrição.

7.3 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da FACULDADE.

São Bernardo do Campo, 06 de novembro de 2015.
PROF. DR. MARCELO JOSÉ LADEIRA MAUAD
Diretor

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 09/2015

A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – Autarquia Municipal, torna público que estão abertas no período de **9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015**, as inscrições para processo seletivo simplificado para contratação de Professor de Direito do Trabalho (Departamento de Direito do Trabalho e Previdência Social) por prazo determinado, na forma da legislação municipal vigente.

1. DO PROFESSOR CONTRATADO

1.1 – Para as atividades de Professor Contratado, a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo oferece 01 (uma) vaga com, no mínimo, 06 (seis) aulas semanais na área de Direito do Trabalho (Departamento de Direito do Trabalho e Previdência Social) para os períodos matutino e/ou noturno, a critério exclusivo da FACULDADE.

1.2 - A critério exclusivo da FACULDADE, caso os candidatos à frente na classificação final assumam um número menor de aulas, poderão as restantes serem oferecidas aos candidatos remanescentes, observada a ordem de Classificação.

1.3 - A distribuição das aulas semanais ficará a critério exclusivo da FACULDADE.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições serão recebidas na FACULDADE, na Seção de Administração, localizada na Rua Java, 425, Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo/SP, no período de **9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015**, no horário das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

2.2 - O requerimento de inscrição, firmado pelo candidato ou procurador com poderes específicos, será acompanhado dos documentos enumerados no item 3.1 deste Edital, além do comprovante de pagamento do preço público de R\$ 61,00 (sessenta e um reais), recolhido, em dinheiro, junto à Seção de Finanças da FACULDADE.

2.2.1 - No caso de inscrição por procuração, o requerimento de inscrição também deverá ser acompanhado do respectivo instrumento de mandato de procuração com reconhecimento de firma, e de documento de identidade do procurador (cópia autenticada).

2.3 - Não serão aceitas, em qualquer hipótese, inscrições condicionais, mas será admitida a substituição de documentos originais por cópias autenticadas, ou cópias simples mediante a apresentação dos documentos originais e conferência no ato da inscrição.

2.4 - Em nenhuma hipótese haverá devolução da importância referente ao preço público cobrado e da documentação apresentada, salvo casos excepcionais devidamente justificados, a critério do Diretor.

2.5 – A critério da FACULDADE o prazo de inscrição poderá ser prorrogado.

2.6 - O pedido de inscrição implica no conhecimento do presente Edital e na sua consequente aceitação pelo candidato.

3. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 - No pedido de inscrição, formulado em impresso próprio, o candidato deverá juntar os seguintes documentos:

a) cópias autenticadas ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, de Documento de Identidade (RG, OAB ou Carteira Nacional de Habilitação) e do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda, caso o número deste não conste do Documento de Identidade apresentado;

b) cópia autenticada ou cópia simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do diploma de Bacharel em Direito;

c) cópia autenticada ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do título de Mestre, Doutor ou Livre Docente em Direito emitido por Instituição de Ensino com programa de Pós-Graduação regularmente credenciada junto ao Ministério da Educação – MEC ou ao órgão a que legalmente esteja submetido. Esses documentos podem ser substituídos por cópia simples de



cerdão, de ata ou outro documento emitido pela Instituição de Ensino atestando aprovação em Banca de Mestrado, Doutorado ou de Livre Docência, cujo respectivo título esteja pendente de expedição;

d) cópia do Currículo cadastrado na Plataforma Lattes atualizado com indicação do link;

e) 1 (uma) foto 3x4cm recente;

3.2 – Somente serão habilitados à seleção os candidatos que entregarem todos os documentos exigidos no item 2.1.

4. DA PROVA E DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 – A prova escrita será realizada nas dependências da **FACULDADE**, localizada na Rua Java, 425 – Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo, no dia **19 de novembro de 2015, às 9h30**.

a) o candidato deverá comparecer ao local de realização das provas munido de caneta esferográfica com **tinta preta**. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.

4.2 - O processo seletivo é composto de:

a) prova escrita, com duração de 150 (cento e cinquenta) minutos, que consistirá na elaboração de dissertações sobre duas questões sorteadas nos termos do item 4.3, não sendo permitido qualquer tipo de consulta;

b) julgamento de títulos dos candidatos, 03 (três) pontos para o Título de Livre Docente em Direito, 02 (dois) pontos para Título de Doutor em Direito e 01 (um) ponto para o Título de Mestre em Direito. Os pontos não são cumulativos e prevalecerá o de maior titulação.

4.3 – As questões relativas à prova escrita serão nas áreas de Direito do Trabalho sendo: **1ª parte**: Direito Coletivo e Sindical e **2ª parte**: Direito Previdenciário, sorteadas no mesmo dia e horário designado para a realização da prova, no início da sessão. Os temas são:

1ª Parte – Direito Coletivo e Sindical:

1. Unicidade sindical - pluralidade sindical - centralidade sindical - liberdade sindical.
2. Associações sindicais de grau superior - centrais sindicais.
3. Fontes de custeio sindical.
4. Contratos coletivos de trabalho: acordo coletivo de trabalho e convenção coletiva de trabalho.
5. Direito de greve: legalidade e abusividade.

2ª Parte – Direito Previdenciário:

1. Equilíbrio econômico e financeiro atuarial.
 2. Benefícios previdenciários comuns e acidentários: diferenças.
 3. Desapostentadoria ou reapostentadoria.
 4. Fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição.
 5. Previdência Privada Complementar: entidades abertas e fechadas.
- 4.4 – A prova escrita, uma vez concluída e entregue, ficará em poder da banca examinadora.
- 4.5 – Será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez) para cada dissertação da prova escrita, do que se extrairá a média da avaliação do candidato, também de 0 (zero) a 10 (dez), que será lançada em folha apropriada.

4.6 – À média de notas atribuídas, serão acrescidos os pontos referentes ao título apresentado pelo candidato, conforme item 4.2, letra “b”.)

4.7 – Será desclassificado o candidato que não obtiver, na média de notas atribuídas, acrescida dos pontos referentes ao título do candidato, a nota mínima 7 (sete).

4.8 – No caso de empate entre os candidatos na classificação final, terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do Parágrafo Único do Art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente ao demais. Permanecendo a igualdade, prevalecerá aquele de maior titulação. E como último critério, aquele que defendeu a tese ou a dissertação há mais tempo.

4.9 – Somente será admitido, na sala de provas, o candidato que estiver munido da Cédula de Identidade ou de outro documento oficial, original, com foto, acompanhado do respectivo comprovante de inscrição.

4.10 – Não caberá segunda chamada, implicando a ausência ou atraso do candidato na sua eliminação.

5. DA VISTA DAS PROVAS, DO RESULTADO E DOS RECURSOS

5.1 – O resultado será divulgado no site da **FACULDADE (www.direitosbc.br)**, no dia **26 de novembro de 2015**.

a) - Os resultados, as provas, notas atribuídas e demais documentos serão mantidos, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, na Seção de Administração da **FACULDADE**, à disposição dos candidatos ou de seus mandatários, regularmente constituídos, para o exame de sua prova e de seus documentos, nos horários das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

b) - O candidato, nos dias **27 e 30 de novembro e 01 de dezembro de 2015**, poderá recorrer, mediante petição fundamentada, protocolizada na Seção de Administração da **FACULDADE**;

c) - O Diretor da **FACULDADE**, após ouvir a Banca Examinadora, julgará o recurso eventualmente interposto. As decisões do Diretor são terminativas e delas não cabe recurso.

5.2 – Transcorrido o prazo estabelecido na alínea “b” do item 5.1, o resultado final do presente processo seletivo simplificado será homologado pelo Diretor da **FACULDADE**, divulgado no site da **FACULDADE** e, obrigatoriamente, publicado no Jornal “Notícias do Município”, na ordem de classificação e contendo a pontuação de cada candidato.

6. DA CONTRATAÇÃO E DA REMUNERAÇÃO

6.1 - O candidato aprovado e classificado poderá ser contratado pelo período de até 1 (um) ano como Professor desta Faculdade de Direito, e ficará submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

6.2 – O Professor receberá por aula ministrada.

6.3 – Nesta data, o valor da hora-aula do Professor é de R\$ 73,26(setenta e três reais e vinte e seis centavos).

6.4 – A remuneração mensal será calculada com base na sua carga horária semanal multiplicada pelo valor da hora-aula, multiplicada por quatro semanas.

6.5 – Para o ano letivo de 2016 a previsão é de 06 (seis) aulas semanais no mínimo.

6.6 – No ato da contratação o candidato aprovado deverá apresentar:

a) se ex-servidor público, declaração de não ter sido exonerado a bem do serviço público ou ter sido demitido por justa causa;

b) se servidor público, declaração de que não acumulará emprego, função ou cargo público, exceto se enquadrar-se nas hipóteses permitidas pelo artigo 37, inciso XVI, Constituição Federal;

c) além dos documentos solicitados pelo Setor de Recursos Humanos desta Instituição, a declaração dos bens e valores que integram o seu patrimônio, bem como os do cônjuge, companheiro, filhos ou outras pessoas que vivam sob a sua dependência econômica, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico, conforme determina o Decreto Municipal nº 18984/2014, artigo 2º, de 24 de julho de 2014.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1– A validade da presente seleção é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada uma vez por igual período.

7.2 – Cópia deste edital será fornecida ao candidato por ocasião da inscrição.

7.3 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da **FACULDADE**.

São Bernardo do Campo, 06 de novembro de 2015.

PROF. DR. MARCELO JOSÉ LADEIRA MAUAD
Diretor

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 10/2015

A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – Autarquia Municipal, torna público que estão abertas no período de **9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015**, as inscrições para processo seletivo simplificado para contratação de Professor de Direito Empresarial (Departamento de Direito Privado) por prazo determinado, na forma da legislação municipal vigente.

1. DO PROFESSOR CONTRATADO

1.1 – Para as atividades de Professor Contratado, a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo oferece 01 (uma) vaga com, no mínimo, 06 (seis) aulas semanais na área de Direito Empresarial (Departamento de Direito Privado) para os períodos matutino e/ou noturno, a critério exclusivo da **FACULDADE**.

1.2 - A critério exclusivo da **FACULDADE**, caso os candidatos à frente na classificação final assumam um número menor de aulas, poderão as restantes serem oferecidas aos candidatos remanescentes, observada a ordem de Classificação.

1.3 - A distribuição das aulas semanais ficará a critério exclusivo da **FACULDADE**.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições serão recebidas na **FACULDADE**, na Seção de Administração, localizada na Rua Java, 425, Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo/SP, no período de **9 a 13 e 16 e 17 de novembro de 2015**, no horário das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

2.2 - O requerimento de inscrição, firmado pelo candidato ou procurador com poderes específicos, será acompanhado dos documentos enumerados no item 3.1 deste Edital, além do comprovante de pagamento do preço público de R\$ 61,00 (sessenta e um reais), recolhido, em dinheiro, junto à Seção de Finanças da **FACULDADE**.

2.2.1 - No caso de inscrição por procuração, o requerimento de inscrição também deverá ser acompanhado do respectivo instrumento de mandato de procuração com reconhecimento de firma, e de documento de identidade do procurador (cópia autenticada).

2.3 - Não serão aceitas, em qualquer hipótese, inscrições condicionais, mas será admitida a substituição de documentos originais por cópias autenticadas, ou cópias simples mediante a apresentação dos documentos originais e conferência no ato da inscrição.

2.4 - Em nenhuma hipótese haverá devolução da importância referente ao preço público cobrado e da documentação apresentada, salvo casos excepcionais devidamente justificados, a critério do Diretor.

2.5 – A critério da **FACULDADE** o prazo de inscrição poderá ser prorrogado.

2.6 - O pedido de inscrição implica no conhecimento do presente Edital e na sua conseqüente aceitação pelo candidato.

3. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 - No pedido de inscrição, formulado em impresso próprio, o candidato deverá juntar os seguintes documentos:

a) cópias autenticadas ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, de Documento de Identidade (RG, OAB ou Carteira Nacional de Habilitação) e do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda, caso o número deste não conste do Documento de Identidade apresentado;

b) cópia autenticada ou cópia simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do diploma de Bacharel em Direito;

c) cópia autenticada ou cópias simples, acompanhadas do documento original, para conferência, do título de Mestre, Doutor ou Livre Docente em Direito emitido por Instituição de Ensino com programa de Pós-Graduação regularmente credenciada junto ao Ministério da Educação – MEC ou ao órgão a que legalmente esteja submetido. Esses documentos podem ser substituídos por cópia simples de certidão, de ata ou outro documento emitido pela Instituição de Ensino atestando aprovação em Banca de Mestrado, Doutorado ou de Livre Docência, cujo respectivo título esteja pendente de expedição;

d) cópia do Currículo cadastrado na Plataforma Lattes atualizado com indicação do link;

e) 1 (uma) foto 3x4cm recente;

3.2 – Somente serão habilitados à seleção os candidatos que entregarem todos os documentos exigidos no item 2.1.

4. DA PROVA E DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 – A prova escrita será realizada nas dependências da **FACULDADE**, localizada na Rua Java, 425 – Jardim do Mar, em São Bernardo do Campo, no dia **19 de novembro de 2015, às 9h30**.

a) o candidato deverá comparecer ao local de realização das provas munido de caneta esferográfica com **tinta preta**. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.

4.2 - O processo seletivo é composto de:

a) prova escrita, com duração de 120 (cento e vinte) minutos, que consistirá na elaboração de uma dissertação sobre uma questão sorteadas nos termos do item 4.3, não sendo permitido qualquer tipo de consulta;

b) julgamento de títulos dos candidatos, 03 (três) pontos para o Título de Livre Docente em Direito, 02 (dois) pontos para Título de Doutor em Direito e 01 (um) ponto para o Título de Mestre em Direito. Os pontos não são cumulativos e prevalecerá o de maior titulação.

4.3 – A questão relativa à prova escrita será na área de Direito Empresarial e sorteada no mesmo dia e horário designado para a realização da prova, no início da sessão. Os temas são:

1. Empresa, empresário e estabelecimento;
2. Tipos societários no CC;
3. Eireli;
4. Sociedade limitada;
5. Sociedade anônima;
6. Títulos de crédito – delineamento geral;
7. Duplicata;
8. Marca;
9. Patente;
10. O “trade dress” e sua violação;
11. Recuperação judicial – créditos sujeitos e não sujeitos. Travas bancárias.
12. Recuperação judicial. Plano de recuperação. AGC. Novação. Intervenção do Poder Judiciário e seus limites.

4.4 – A prova escrita, uma vez concluída e entregue, ficará em poder da banca examinadora.

4.5 – Será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez) para a dissertação da prova escrita, que será lançada em folha apropriada.

4.6 – À média de notas atribuídas, serão acrescidos os pontos referentes ao título apresentado pelo candidato, conforme item 4.2, letra “b”)

4.7 – Será desclassificado o candidato que não obtiver, na média de notas atribuídas, acrescida dos pontos referentes ao título do candidato, a nota mínima 7 (sete).

4.8 – No caso de empate entre os candidatos na classificação final, terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do Parágrafo Único do Art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente ao demais. Permanecendo a igualdade, prevalecerá aquele de maior titulação. E como último critério, aquele que defendeu a tese ou a dissertação há mais tempo.

4.9 – Somente será admitido, na sala de provas, o candidato que estiver munido da Cédula de Identidade ou de outro documento oficial, original, com foto, acompanhado do respectivo comprovante de inscrição.

4.10 – Não caberá segunda chamada, implicando a ausência ou atraso do candidato na sua eliminação.

5. DA VISTA DAS PROVAS, DO RESULTADO E DOS RECURSOS

5.1 – O resultado será divulgado no site da **FACULDADE (www.direitosbc.br)**, no dia **26 de novembro de 2015**.

a) - Os resultados, as provas, notas atribuídas e demais documentos serão mantidos, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, na Seção de Administração da **FACULDADE**, à disposição dos candidatos ou de seus mandatários, regularmente constituídos, para o exame de sua prova e de seus documentos, nos horários das 9 às 11 horas e das 19h30 às 21h30.

b) - O candidato, nos dias **27 e 30 de novembro e 01 de dezembro de 2015**, poderá recorrer, mediante petição fundamentada, protocolizada na Seção de Administração da **FACULDADE**;

c) - O Diretor da **FACULDADE**, após ouvir a Banca Examinadora, julgará o recurso eventualmente interposto. As decisões do Diretor são terminativas e delas não cabe recurso.

5.2 – Transcorrido o prazo estabelecido na alínea “b” do item 5.1, o resultado final do presente processo seletivo simplificado será homologado pelo Diretor da **FACULDADE**, divulgado no site da **FACULDADE** e, obrigatoriamente, publicado no Jornal “Notícias do Município”, na ordem de classificação e contendo a pontuação de cada candidato.

6. DA CONTRATAÇÃO E DA REMUNERAÇÃO

6.1 - O candidato aprovado e classificado poderá ser contratado pelo período de até 1 (um) ano como Professor desta Faculdade de Direito, e ficará submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

6.2 – O Professor receberá por aula ministrada.

6.3 – Nesta data, o valor da hora-aula do Professor é de R\$ 73,26(setenta e três reais e vinte e seis centavos).

6.4 – A remuneração mensal será calculada com base na sua carga horária semanal multiplicada pelo valor da hora-aula, multiplicada por quatro semanas.

6.5 – Para o ano letivo de 2016 a previsão é de 06 (seis) aulas semanais no mínimo.

6.6 – No ato da contratação o candidato aprovado deverá apresentar:

a) se ex-servidor público, declaração de não ter sido exonerado a bem do serviço público ou ter sido demitido por justa causa;

b) se servidor público, declaração de que não acumulará emprego, função ou cargo público, exceto se enquadrar-se nas hipóteses permitidas pelo artigo 37, inciso XVI, Constituição Federal;

c) além dos documentos solicitados pelo Setor de Recursos Humanos desta Instituição, a declaração dos bens e valores que integram o seu patrimônio, bem como os do cônjuge, companheiro, filhos ou outras pessoas que vivam sob a sua dependência econômica, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico, conforme determina o Decreto Municipal nº 18984/2014, artigo 2º, de 24 de julho de 2014.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1– A validade da presente seleção é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada uma vez por igual período.

7.2 – Cópia deste edital será fornecida ao candidato por ocasião da inscrição.

7.3 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da **FACULDADE**.

São Bernardo do Campo, 06 de novembro de 2015.

PROF. DR. MARCELO JOSÉ LADEIRA MAUAD
Diretor

GFD.1.1 – ASSESSORIA

PORTARIA GFD. Nº 173, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.

Designa os Professores Doutores CARLOS EDUARDO BATALHA DA SILVA e COSTA, CARMEN SILVIA FULLIN e MARCELO SOUZA KOCH VAZ DOPPENSCHMITT para comporem a Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Filosofia do Direito - Departamento de Disciplinas Básicas, por prazo determinado.

PORTARIA GFD. Nº 174, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.

Designa os Professores Doutores CARMELA DELL'ISOLA, ELISABETH V. DE GENNARI e IVONE CRISTINA DE SOUZA JOÃO para comporem a Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Direito Processual Civil - Departamento de Direito Processual Civil, por prazo determinado.



FEIRA DE ARTESANATO DO CRI

EDIÇÃO DE NATAL

BOLSAS | BIJUTERIAS | PATCHWORK
PINTURAS EM TECIDOS | TRICÔ | CROCHÊ
TRABALHOS EM MADEIRA E MDF

NOVEMBRO

23 A 27 | DAS 10h ÀS 17h

CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO-CRI
Av. Redenção, 271 - Jardim do Mar

ENTRADA FRANCA



PORTARIA GFD. Nº 175, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.

Designa os Professores Doutores LUIZ GUILHERME ARCARO CONCI, ESTEVAN LÔ RÉ POUSSADA e ROBERTO BAHIA para comporem a Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ciência Política e Teoria do Estado - Departamento de Direito do Estado, por prazo determinado.

PORTARIA GFD. Nº 176, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.

Designa os Professores Doutores DÉBORA VANESSA CAUS BRANDÃO, MARCELO BENACCHIO e RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA para comporem a Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Direito Civil - Departamento de Direito Privado, por prazo determinado.

PORTARIA GFD. Nº 177, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.

Designa os Professores Doutores DAVI FURTADO MEIRELLES, ELIANA BORGES CARDOSO, ERO-TILDE RIBEIRO DOS SANTOS MINHARRO e IVANI CONTINI BRAMANTE para comporem a Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Direito do Trabalho - Departamento de Direito do Trabalho e Previdência Social, por prazo determinado.

PORTARIA GFD. Nº 178, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.

Designa os Professores Doutores CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN, MARINO LUIZ POSTIGLIONE e RUY COPPOLA JUNIOR para comporem a Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Direito Empresarial - Departamento de Direito Privado, por prazo determinado.

SFD.102 - SEÇÃO DE FINANÇAS

Em cumprimento à Lei Orgânica do Município de São Bernardo do Campo, de 5 de abril de 1990, e à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Autarquia Municipal, faz publicar, por meio da SFD-102 Seção de Finanças, os extratos abaixo discriminados:

HOMOLOGAÇÃO: Pregão Presencial nº 41/2015. Processo de Compra e/ou Serviço nº 26/2015. Objeto: Aquisição de materiais e limpeza e descartáveis para reposição do estoque do almoxarifado da FDSBC. HOMOLOGADO, para que produza os seus jurídicos e necessários efeitos, a decisão da Sra. Pregoeira, que declarou vencedora do certame as empresas J. Brilhante Comercial Ltda. - ME, para o lote 1, e Plastiusi Plásticos e Borrachas Ltda. - ME, para o lote 2, bem como adjudicou seus objetos pelo valor total de R\$ 2.750,95 (dois mil setecentos e cinquenta reais e noventa e cinco reais) e R\$ 1.567,50 (mil quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), respectivamente. São Bernardo do Campo, 23 de outubro de 2015, Prof. Dr. Marcelo José Ladeira Mauad, Diretor.

HOMOLOGAÇÃO: Pregão Presencial nº 42/2015. Processo de Compra e/ou Serviço nº 83/2015. Objeto: Aquisição de controle remoto para data show Epson PowerLite S4 e lâmpadas de reposição para projetor Epson PowerLite S4 visando à manutenção dos recursos áudio visuais da FDSBC. Homologo, para que produza os seus jurídicos e necessários efeitos, a decisão da Sra. Pregoeira, que declarou vencedora do item 2 a empresa Allimac Comércio de Materiais em Geral Ltda. - ME, adjudicando seu objeto no valor total de R\$ 7.680,00 (sete mil seiscentos e oitenta reais), bem como que declarou fracassado o item 1, nos termos do subitem 7.4.3 do instrumento convocatório. São Bernardo do Campo, 23 de outubro de 2015, Prof. Dr. Marcelo José Ladeira Mauad, Diretor.

ERRATA - EDIÇÃO 1852, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015, PÁG. 23.

Onde se lê PROCESSO Nº: 72/2015 leia-se PROCESSO Nº: 74/2015.

Laura Viana Garcia
Chefe da Seção de Finanças

SFD.103 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**APOSTILA Nº 56/2015 - SA**

Declara que face a Classificação Final da Promoção Vertical, relativa ao biênio 2012/2014, dos servidores integrantes da Carreira de Oficial Administrativo do Quadro de Pessoal desta Faculdade, homologada em 17 de julho de 2014 e publicada no jornal "Notícias do Município" de 25 de julho de 2014 e considerando o disposto no Parágrafo único do Art. 427 da Lei Municipal Nº 2.240, de 13 de agosto de 1976 e no Parágrafo único do Art. 2º da Resolução GFD. Nº 6, de 12 de julho de 2006, os funcionários abaixo relacionados, ficam assim enquadrados, a partir de 16 de outubro de 2015.

Matrícula	Nomes	Cargo	Referência
612	Eder Alexandre Rangel	Oficial Administrativo V	10
563	Andréa Isabel Alves	Oficial Administrativo VI	11
475	Sonia Maestre Duenhas	Oficial Administrativo VII	12
458	Anna Maria Fenyo	Oficial Administrativo VIII	13

APOSTILA Nº 57/2015 - SA

Declara que face a Classificação Final da Promoção Vertical, relativa ao biênio 2012/2014, dos servidores integrantes da Carreira de Oficial Administrativo do Quadro de Pessoal desta Faculdade, homologada em 17 de julho de 2014 e publicada no jornal "Notícias do Município" de 25 de julho de 2014 e considerando o disposto no Parágrafo único do Art. 427 da Lei Municipal Nº 2.240, de 13 de agosto de 1976 e no Parágrafo único do Art. 2º da Resolução GFD. Nº 6, de 12 de julho de 2006, os funcionários abaixo relacionados, ficam assim enquadrados, a partir de 23 de outubro de 2015.

Matrícula	Nomes	Cargo	Referência
610	Maria Aparecida Sanches	Oficial Administrativo V	10
483	Roberto Dionísio Schiezero	Oficial Administrativo VI	11
485	Joel Oliveira Rios Júnior	Oficial Administrativo VII	12
477	Ivete Irene Ricci Hatori	Oficial Administrativo VIII	13
437	Dircceu Alves de Oliveira	Oficial Administrativo IX	14
416	Denise Haruyo Ikeda	Oficial Administrativo X	15

APOSTILA Nº 58/2015 - SA

Apostila a Portaria nº 061/2012-SA, que nomeou **Geane Alves da Silva**, para declarar que, tendo cumprido satisfatoriamente o período de estágio probatório, adquiriu a estabilidade no serviço público municipal local, ficando confirmada no cargo de Oficial Administrativo, a partir de 29 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 59/2015 - SA

Apostila a Portaria nº 064/2012-SA, que nomeou **Dorival Gonçalves**, para declarar que, tendo cumprido satisfatoriamente o período de estágio probatório, adquiriu a estabilidade no serviço público municipal local, ficando confirmado no cargo de Eletricista, a partir de 30 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 266/2015 - SA

Designa a servidora **Carmen Blanco Perez**, matrícula nº 723, Bibliotecário, referência "27A", para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Encarregado de Serviço de Processamento Técnico da Informação, referência "P", no período de 03 a 17 de novembro de 2015.

PORTARIA Nº 267/2015 - SA

Designa a servidora **Jessica Silva de Souza**, matrícula nº 690, Oficial Administrativo II, referência "8B", para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Chefe de Seção de Contabilidade,

referência "S", no período de 03 a 17 de novembro de 2015.

PORTARIA Nº 268/2015 - SA

I - Aposenta, **Célia Angela Alves Cardoso**, matrícula nº 90.414-0, PASEP nº 100.85893.80-0, Agente Administrativo, lotada na SFD.104, referência "28/C", constante do Anexo 6, Tabela V-QPE-PS-I da Lei Municipal nº 6155/2011, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 6.145, de 06 de setembro de 2011, a partir da data da publicação deste ato, ficando declarado extinto o respectivo cargo.

II - Os proventos serão calculados nos termos da legislação acima mencionada e correrão à conta do SBCPrev - Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.

III - Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos deste artigo serão revisados na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

FUNDAÇÃO CRIANÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**EXTRATO DE CONVÊNIO, CONTRATOS E ADITIVOS****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/2015****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2015;**

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CRIANÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO; **CONTRATADO:** PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS;

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS APARELHOS CELULARES DA FUNDAÇÃO CRIANÇA;

VIGÊNCIA: 12 MESES;

VALOR TOTAL: R\$ 8.296,20 (Oito mil duzentos e noventa e seis reais e vinte centavos);

ASSINATURA: 28/10/2015;

FUNDAMENTAÇÃO: A presente contratação decorre de procedimento licitatório na modalidade carta convite n.º 012/2015 e tem o seu fundamento legal na Lei Federal 8.666/1.993.

São Bernardo do Campo, 06 de novembro de 2015.

Maurício Soares de Almeida
Diretor Presidente

EDITAL DE SELEÇÃO DE JOVENS PARA PROGRAMA ROTATIVO CIDADÃO EDITAL 004 - RT

A Fundação Criança de São Bernardo do Campo, em observação ao disposto na Lei Municipal nº. 5380/2005 divulga que realizará seleção para preenchimento de vagas junto ao Programa Núcleo de Oportunidades e Inclusão, decorrente do Convênio firmado entre a Fundação e a Autarquia Rotativo São Bernardo.

1. DA SELEÇÃO

1.1 A seleção destina-se ao preenchimento de vagas para operação do Sistema de Estacionamento Controlado, para substituição de jovens desligados do programa e/ou ampliação do programa, até o limite estabelecido na lei em epígrafe.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas de 06.11 até 13.11 de 2015, de segunda a sexta-feira, no horário das 09:00 às 17:00 horas, nos seguintes locais:

- FUNDAÇÃO CRIANÇA – Unidade Centro - Rua Marechal Deodoro, 1058 - 3º andar.
- FUNDAÇÃO CRIANÇA – Cidade dos Direitos da Criança e do Adolescente - Rua Francisco Visentainer, 804 – Bairro Assunção.
- FUNDAÇÃO CRIANÇA – Unidade Jd. Silvina - Rua Dom Vasco Mascarenhas, 273 - Jd. Silvina.
- FUNDAÇÃO CRIANÇA – Unidade Jd. das Orquídeas - Rua Nossa Senhora Guadalupe, 800 - Alvarenga.
- FUNDAÇÃO CRIANÇA – Unidade Bairro Santa Cruz - Rua Hugo Vieira Pinto S/N Bairro Santa Cruz (em frente a UBS)
- FUNDAÇÃO CRIANÇA – Unidade Pq. São Bernardo - Rua Minas Gerais, s/nº. - Pq. São Bernardo.

2.2 São condições para inscrição:

- a) Apresentar Cédula de Identidade (RG);
- b) Apresentar o Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Ter idade entre 18 e 24 anos;
- d) Preferencialmente estar cursando ou ter concluído o ensino fundamental ou médio;
- e) Apresentar comprovante de residência da Cidade de São Bernardo do Campo;
- f) Pertencer, preferencialmente, às famílias de baixa renda e vulnerabilidade social; sob avaliação socioeconômica;
- g) Demonstrar, através de instrumental avaliativo, domínio da expressão escrita e conhecimentos de matemática;
- h) Não ter registro em carteira;
- i) Não ter participado anteriormente do Programa;
- j) Participar Integralmente na Capacitação;
- k) Casos específicos de jovens encaminhados de programas sociais, em situação de vulnerabilidade social ou econômica, poderão ser aceitos, desde que em processo de retorno à Educação Formal (ensino fundamental ou médio), após a avaliação da Equipe Técnica.

2.3 A inscrição deverá ser feita pessoalmente nos postos de inscrição. Saliemos que a inscrição deverá ocorrer num único local, se for realizada em mais de um local será considerada apenas uma inscrição.

2.4 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não podendo alegar desconhecimento.

3. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS**3.1 As vagas serão preenchidas observando-se o seguinte critério:**

- a) 55% (cinquenta e cinco por cento) das vagas serão preenchidas por jovens encaminhados pelos programas sociais do município.
- b) 40% (quarenta por cento) das vagas por sorteio público a ser divulgado no Jornal Notícias do Município;
- c) 05% (cinco por cento) das vagas serão preenchidas por jovens com deficiência compatível com o desempenho da função.
- 3.1.1 Não havendo inscritos suficientes para o cumprimento dos percentuais acima, poderá haver nova distribuição privilegiando-se os candidatos encaminhados por programas sociais.
- 3.2 Para a classificação dos candidatos encaminhados pelos programas sociais do Município será considerado para efeito de desempate a avaliação socioeconômica: renda *per capita*, escolaridade e tempo de permanência no Programa.

4. DAS CONVOCAÇÕES

- As convocações dos classificados serão publicadas no jornal Notícias do Município.
- O não cumprimento do prazo estabelecido na convocação para ingresso, implicará a desclassificação automática do candidato, ficando a Fundação Criança desde já autorizada a proceder à convocação do próximo candidato classificado.
- Obedecida a ordem de classificação, o candidato será submetido a exame médico, que avaliará sua capacidade física e mental, para o exercício das atividades.

5. DA ADMISSÃO DOS CANDIDATOS

- Os jovens que apresentarem o perfil indicado para o Projeto deverão participar de um treinamento indicado pelo Programa. A falta ou assistência durante o período de treinamento o exclui do processo.
- Por ocasião da admissão, o candidato convocado deverá apresentar os seguintes documentos (xerox e original):
 - Documento de Identidade (RG);
 - Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - Comprovante de residência com CEP (conta de luz ou telefone, documento de matrícula de filhos na escola, carnê de crediário, declaração da sociedade amigos de bairro);
 - Comprovante de escolaridade atualizado;
 - Dados Bancários de Conta da Caixa Econômica Federal (Agência e Conta);
- O termo de adesão firmado pelos convocados estabelecerá as seguintes condições:
 - a) Prazo de vigência de até 18 (dezoito) meses, contados da data de assinatura do termo de adesão, podendo, excepcionalmente, serem mantidos no programa por mais 6 (seis) meses improrrogáveis, de acordo com o desempenho prático do bolsista;
 - b) A jornada de atividades de operação do sistema de estacionamento controlado não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas semanais ou 4 horas diárias e a programação de atividades complementares ou educacionais, não superior a 05 (cinco) horas semanais;
 - c) Bolsa auxílio no valor de R\$ 600,00 (Seiscentos reais);
 - d) Vale Transporte;
 - e) Seguro de vida por morte acidental ou por acidente que cause invalidez total ou parcial, ocorrido no desempenho das atividades do Núcleo de Oportunidades e Inclusão – Rotativo Cidadão.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- A inexistência, omissão e/ou irregularidades das informações e documentos, ainda que verificadas posteriormente, acarretarão em nulidade de inscrição e desclassificação do candidato, com efeitos daí advindos.
- A Fundação Criança de São Bernardo do Campo reserva-se ao direito de proceder ao recrutamento em número que atenda ao seu interesse e às suas necessidades, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
- A validade dessa seleção será de seis meses, podendo ser prorrogado por mais seis meses, se for o caso.
- Os casos não previstos neste edital serão analisados pela comissão de seleção, formadas por técnicos da Fundação Criança.

São Bernardo do Campo, 04 de novembro de 2015.

Maurício Soares de Almeida
Diretor Presidente

IMASF - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO FUNCIONALISMO AUTARQUIA MUNICIPAL

Em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município de São Bernardo do Campo, em seu Art. 147, e Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, em sua atual redação, a Seção de Licitações e Materiais desta Autarquia faz publicar o seguinte extrato de aditamento de contrato:

TERMO ADITIVO Nº: 14/2015 - 2º ao Contrato de Prestação de Serviços nº 07/2014 **PROCESSO DE COMPRA:** 133/2014 **CONTRATANTE:** Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo **CONTRATADA:** VENTURINI CONSULTORIA TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - EPP **ASSINATURA:** 01/09/2015 **VALOR: R\$ 23.088,48** (vinte e três mil e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos) **OBJETO:** aditar o Contrato de Prestação de Serviços nº 07/2014, a partir de 1º de novembro de 2015, reduzindo-se o valor mensal em 20% (vinte por cento), referente a diminuição de quantitativos, que corresponde a redução de 1 (um) funcionário do sexo masculino e 1 (um) do sexo feminino, ou seja, reduzindo o valor mensal para **R\$ 18.470,78 (dezoito mil, quatrocentos e setenta reais e setenta e oito centavos)**, ficando expressamente ratificados todos os demais termos do Contrato de Prestação de Serviços nº 07/2014 e Termo de Aditamento nº 10/2015 - 1º ao Contrato de Prestação de Serviços nº 07/2014.

São Bernardo do Campo, 04 de novembro de 2015.

GLÓRIA SATOKO KONNO
Superintendente

A- PORTARIAS BAIXADAS PELA SRA. SUPERINTENDENTE, NOS TERMOS DO DECRETO Nº 5346, DE 30/11/76, COM A ATUAL REDAÇÃO DADA PELO DECRETO Nº 9432, DE 27/05/88 E LEI MUNICIPAL Nº 6414, DE 17/09/15.

Nº 027-SP/2015 - CESSANDO, a partir de 09 (nove) de novembro de 2015, os efeitos da portaria nº 013/11-SP, de 17/02/11, que designou a funcionária LARA SECCHIERO TABET NOTTE, matrícula nº 44772, Visitador Social, ref. "12", tabela I - QSCNB-PS.I, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exer-cer, em comissão, as funções de Chefe de Licitações e Materiais, IMA-013, ref. "S", tabela II - QPT-PP-I, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Nº 028-SP/2015 - NOMEANDO VAGNER AMATO DE ALMEIDA, servidor da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, matrícula nº **11.363-8. Auxiliar Técnico em Licitações** - SA.2, referência "21-A", à disposição do Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo, com prejuízo dos vencimentos e sem prejuízo das demais vantagens de seu cargo, para exercer, em comissão, a partir de 09 (nove) de novembro de 2015, as funções de Chefe da Seção de Licitações e Materiais, IMA-013, ref. "S", tabela II - QPT.PPI, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do Decreto nº 5346, de 30 de novembro de 1976, com a atual redação dada pela Lei Municipal nº 5078, de 05 de setembro de 2002.

São Bernardo do Campo, 05 de novembro de 2015.

GLORIA SATOKO KONNO
Superintendente

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO

Em atenção ao disposto no § 4º do art. 48, do Regimento Interno, seguem abaixo as deliberações, de forma reduzida, das Comissões Permanentes:

PROJETO DE LEI Nº 45/2015 – PROTOCOLO GERAL Nº 4849/2015

autor: EXECUTIVO MUNICIPAL
 MATÉRIA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
 parecer: em 28 de OUTUBRO de 2015, a COMISSÃO MISTA da câmara municipal de são bernardo do campo REQUEREU ADIAMENTO DA MATÉRIA POR 1 (UMA) SESSÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PARECER ATÉ O FINAL DO ADIAMENTO REQUERIDO.

COMISSÃO MISTA: Ver. Dr. Gilberto França – Presidente (Líder do PMDB); Ver. Roberto Palhinha – Vice-Presidente (Líder do PT do B); Ver. João Batista – Secretário (Líder do PTB); Ver. José Cloves (Líder do PT); Ver. Estevão Camolesi (Líder do PPS); Ver. Tavares (Representante do PC do B); Ver. Juarez Tudo Azul (Repres. do PSDB); Ver. Dr. Fábio Landi (Líder do PSD); Ver. Mauro Miaguti (Líder do DEM); Ver. Ramon Ramos (Líder do PDT); Ver. Cabrera (Líder do PSB); Ver. Índio (Líder do PR) e Ver. Pery Cartola (Líder do SDD).

COMUNICADO

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, POR MEIO DA COMISSÃO MISTA, CONVIDA O PÚBLICO PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICA A SER REALIZADA NO PLENÁRIO DA CÂMARA, NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 10H, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 45/2015, QUE “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Vereador GILBERTO CAETANO DE FRANÇA
 Presidente da Comissão Mista

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.446, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

(Projeto de Decreto Legislativo nº 27/2015, de autoria do Vereador Ramon Ramos)
 Dispõe sobre concessão de Título de “Cidadão São-Bernardense” ao ST Pedro Pereira de Sousa Filho.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.447, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

(Projeto de Decreto Legislativo nº 43/2015, de autoria do Vereador Sebastião Mateus Batista)
 Dispõe sobre concessão de Título de “Cidadão São-Bernardense” ao Sr. José de Lima Ribeiro

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.448, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

(Projeto de Decreto Legislativo nº 44/2015, de autoria do Vereador Rafael Felipe Demarchi)
 Altera o parágrafo único do artigo 1º do Decreto Legislativo nº 1.444, de 19 de outubro de 2015, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão São- Bernardense” ao Pastor Messias Fernandes.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.449, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

(Projeto de Decreto Legislativo nº 45/2015, de autoria do Vereador Rafael Felipe Demarchi)
 Altera o parágrafo único do artigo 1º do Decreto Legislativo nº 1.443, de 19 de outubro de 2015, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão São- Bernardense” ao Apóstolo Marcos Gomes Sardinha.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.450, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

(Projeto de Decreto Legislativo nº 46/2015, de autoria do Vereador Rafael Felipe Demarchi)
 Altera o parágrafo único do artigo 1º do Decreto Legislativo nº 1.440, de 19 de outubro de 2015, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Emérito” ao Pastor José Carlos Vertematti.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.451, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

(Projeto de Decreto Legislativo nº 47/2015, de autoria do Vereador Rafael Felipe Demarchi)
 Altera o parágrafo único do artigo 1º do Decreto Legislativo nº 1.441, de 19 de outubro de 2015, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão São-Bernardense” ao Pastor Edilson Batista Câmara.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.452, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

(Projeto de Decreto Legislativo nº 48/2015, de autoria do Vereador Rafael Felipe Demarchi)
 Dispõe sobre concessão de Título de “Cidadão São-Bernardense” ao Pastor Marcos Marciano.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.453, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

(Projeto de Decreto Legislativo nº 49/2015, de autoria do Vereador José Ferreira de Souza)
 Dispõe sobre concessão de Título de “Cidadã Benemerita” à Sra. Maria Aparecida de Oliveira Braga.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.454, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

(Projeto de Decreto Legislativo nº 50/2015, de autoria do Vereador José Ferreira de Souza)
 Dispõe sobre concessão de Título de “Cidadão São-Bernardense” ao Sr. Dirceu Pacifico de Sena.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.455, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

(Projeto de Decreto Legislativo nº 51/2015, de autoria do Vereador José Ferreira de Souza)
 Dispõe sobre concessão de Título de “Cidadão São-Bernardense” ao Sr. Sérgio Benedito Moretti.

LEI MUNICIPAL Nº 6424, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

(Projeto de Lei nº 53/2015, de autoria da Mesa da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo)

Altera Lei Municipal nº. 6.418 de 14 de outubro de 2015.

A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo aprova e eu, JOSÉ LUIS FERRAREZI, Presidente, nos termos do parágrafo único do artigo 93 da Lei Orgânica do Município de São Bernardo do Campo, e artigo 124 do Regimento Interno, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. A lei municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13. Compete à Assessoria Jurídica da Presidência - AJP:

- I – exarar pareceres;
- II – prestar assessoramento ao Gabinete da Presidência;
- III – elaborar estudos requeridos pela Presidência;
- IV – executar outras tarefas determinadas pelo Presidente da Câmara Municipal.”(N.R.)

Art. 17. Compete à Procuradoria Legislativa – PL:

- I – exarar pareceres;
- II – elaborar relatórios mensais e anuais de atividades;
- III – consolidar informações requeridas pela Assessoria de Controle Interno;

- IV – consolidar informações relativas à competência da unidade para publicação no portal da transparência;
- V – elaborar estudos relativos às atividades de sua competência;
- VI – elaborar minuta de termo de referência acerca de bens e serviços a serem contratados exclusivamente para a unidade;
- VII – acompanhar fiscalização de contratos de prestação de serviços relativos às atividades da unidade;
- VIII – representar judicial e extrajudicialmente o Poder Legislativo;
- IX – exercer as funções de consultoria, bem como assessorar as comissões instituídas no âmbito da Câmara Municipal;
- X – prestar o assessoramento técnico-jurídico aos Vereadores e às Unidades da Câmara, exceto à Mesa durante as sessões plenárias;
- XI – elaborar proposições;
- XII – orientar, dirigir e executar os serviços de natureza jurídica;
- XIII – promover estudos sobre a legislação municipal;
- XIV – aprovar minutas de editais.” (N.R.)

“Art. 30. Ficam criadas as seguintes gratificações e funções gratificadas:

I - por representação de Gabinete da Presidência, com valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos percebidos pelo servidor;

II – 02 (duas) funções gratificadas pelo assessoramento jurídico à Mesa da Câmara Municipal durante as sessões plenárias, com valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento percebido pelo servidor, para desempenho das atribuições estabelecidas no Anexo III da presente lei;

III – 01 (uma) gratificação pelo exercício da atividade de Pregoeiro, que será designado, juntamente com um suplente, pela Mesa da Câmara Municipal, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento percebido pelo servidor, para desempenho das atribuições estabelecidas no Anexo III da presente lei.

IV – 11 (onze) gratificações pelo desempenho de atividades junto às comissões referidas nos incisos VI, VII e VIII do artigo 6º, com valor correspondente a 10% (dez por cento) do grau A da referência CE-34, para desempenho das respectivas atribuições.

§ 1º. Os suplentes terão direito à percepção das gratificações criadas pelo inciso IV deste artigo, proporcionalmente à sua efetiva participação nas atividades dos Colegiados.

§ 2º. As gratificações e funções gratificadas serão pagas concomitantemente ao vencimento ou salários dos servidores designados para exercê-las.” (N.R.)

“Art. 31-A. É atribuída ao Secretário Geral da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo verba de representação com valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos percebidos pelo servidor.” (N.R.)

“ANEXO I
 QUADRO IV
 TABELA – QPE – PP – IV
 QUADRO DE PESSOAL ESTATUTÁRIO EFETIVO – PARTE PERMANENTE
 CARGOS DE CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICO LEGISLATIVO – NÍVEL II

					SITUAÇÃO NOVA				
Quant.	Denominação	Ref.	Lotação	Requisitos para provimento		Denominação	Ref.	Lotação	Requisitos para provimento
40	Assistente Técnico Legislativo	CE-12	SC	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, dentre portadores de certificado de conclusão de curso de ensino médio, ou curso técnico equivalente, e respectivo registro profissional, quando necessário ao exercício, na forma a ser definido no edital.	40	Assistente Técnico Legislativo	CE-14	SG	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, dentre portadores de certificado de conclusão de curso de ensino médio, ou curso técnico equivalente, e respectivo registro profissional, quando necessário ao exercício, na forma a ser definido no edital do concurso.
	nível 1					nível 1			
	nível 2	CE-13	SC	Enquadramento, dentre titulares do Nível 1, através de processo de promoção vertical estabelecido na presente lei.		nível 2	CE-15	SG	Enquadramento, dentre titulares do Nível 1, através de processo de promoção vertical.
	nível 3	CE-14	SC	Enquadramento, dentre titulares do Nível 2, através de processo de promoção vertical estabelecido na presente lei.		nível 3	CE-16	SG	Enquadramento, dentre titulares do Nível 2, através de processo de promoção vertical.
	nível 4	CE-15	SC	Enquadramento, dentre titulares do Nível 3, através de processo de promoção vertical estabelecido na presente lei.		nível 4	CE-17	SG	Enquadramento, dentre titulares do Nível 3, através de processo de promoção vertical.
	nível 5	CE-16	SC	Enquadramento, dentre titulares do Nível 4, através de processo de promoção vertical estabelecido na presente lei.		nível 5	CE-18	SG	Enquadramento, dentre titulares do Nível 4, através de processo de promoção vertical.
	nível 6	CE-17	SC	Enquadramento, dentre titulares do Nível 5, através de processo de promoção vertical estabelecido na presente lei.		nível 6	CE-19	SG	Enquadramento, dentre titulares do Nível 5, através de processo de promoção vertical.
	nível 7	CE-18	SC	Enquadramento, dentre titulares do Nível 6, através de processo de promoção vertical estabelecido na presente lei.		nível 7	CE-20	SG	Enquadramento, dentre titulares do Nível 6, através de processo de promoção vertical estabelecido na presente lei.

nível 8	CE-19	SC	Enquadramento, dentre titulares do Nível 7, através de processo de promoção vertical estabelecido na presente lei.	nível 8	CE-21	SG	Enquadramento, dentre titulares do Nível 7, através de processo de promoção vertical.
nível 9	CE-20	SC	Enquadramento, dentre titulares do Nível 8, através de processo de promoção vertical estabelecido na presente lei.	nível 9	CE-22	SG	Enquadramento, dentre titulares do Nível 8, através de processo de promoção vertical.
nível 10	CE-21	SC	Enquadramento, dentre titulares do Nível 9, através de processo de promoção vertical estabelecido na presente lei.	nível 10	CE-23	SG	Enquadramento, dentre titulares do Nível 9, através de processo de promoção vertical.

“(N.R.)”

**“ANEXO I
 QUADRO VIII
 TABELA – QPE – PS – VIII
 QUADRO DE PESSOAL ESTATUTÁRIO EFETIVO – PARTE SUPLEMENTAR
 FUNÇÕES ESTATUTÁRIAS DESTINADAS À EXTINÇÃO NA VACÂNCIA**

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO NOVA					
Quant.	Função	Ref.	Nível	Carga Horária	Lotação	Quant.	Função	Ref.	Nível	Carga Horária	Lotação
1	Assistente de Informática	FP-25	III	40 h./sem.	SG	1	Assistente de Informática	FP-26	III	40 h./sem.	SG
1	Supervisor Técnico do Grande Expediente	FP-25	III	40 h./sem.	SL.2	1	Supervisor Técnico do Grande Expediente	FP-26	III	40 h./sem.	SL.2
1	Supervisor Técnico de Contabilidade e Tesouraria	FP-25	III	40 h./sem.	SF.1	1	Supervisor Técnico de Contabilidade e Tesouraria	FP-26	III	40 h./sem.	SF.1
1	Supervisor Técnico de Contabilidade e Despesa	FP-25	III	40 h./sem.	SF.1	1	Supervisor Técnico de Contabilidade e Despesa	FP-26	III	40 h./sem.	SF.1
1	Supervisor Técnico de Almoxarifado	FP-25	III	40 h./sem.	SA.3	1	Supervisor Técnico de Almoxarifado	FP-26	III	40 h./sem.	SF.3
1	Supervisor Técnico de Tesouraria	FP-25	III	40 h./sem.	SF.1	1	Supervisor Técnico de Tesouraria	FP-26	III	40 h./sem.	SF.1
1	Supervisor de Serviço Legislativo	FP-23	II	40 h./sem.	SG	1	Supervisor de Serviço Legislativo	FP-25	II	40 h./sem.	SG
1	Supervisor de Serviço Legislativo	FP-23	II	40 h./sem.	SL.3	1	Supervisor de Serviço Legislativo	FP-25	II	40 h./sem.	SL.3
1	Supervisor de Serviço Legislativo	FP-23	II	40 h./sem.	SA.2	1	Supervisor de Serviço Legislativo	FP-25	II	40 h./sem.	SA.2
1	Supervisor de Reprografia	FP-28	II	40 h./sem.	SA.2	1	Supervisor de Reprografia	FP-29	II	40 h./sem.	SA.2
1	Auxiliar de Compras	FP-13	II	40 h./sem.	SF.2	1	Auxiliar de Frota	FP-16	II	40 h./sem.	SF.2

“(N.R.)”

**“ANEXO II
 TABELA DE ATRIBUIÇÕES DE CARGOS E DE FUNÇÕES ESTATUTÁRIAS
 QUADRO VII – CARGOS COMMISSIONADOS
 TABELA – QPE – PP – VII**

Secretário Geral

I – dirigir as atividades das unidades que compõem a Secretaria da Câmara Municipal; II – editar os atos necessários tendentes a orientar, aperfeiçoar e desenvolver os trabalhos da Câmara Municipal; III – dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, e despachar petições dirigidas à Secretaria da Câmara Municipal, desde que não seja atribuição da Mesa ou do Presidente; IV – autenticar os papéis e expedientes oficiais; V – atender aos pedidos de informações endereçados à Secretaria da Câmara Municipal; VI – conhecer a documentação e correspondência recebidas, providenciando o seu encaminhamento; VII – instruir os pedidos de licença dos Servidores; VIII – comunicar ao Presidente as vagas que se verificarem no quadro de Servidores; IX – corresponder-se com autoridades quando o serviço assim o exigir, e a correspondência não seja privativa da Mesa ou do Presidente; X – coletar subsídios junto às unidades da Edilidade para elaboração do orçamento da Câmara Municipal; XI – manter a disciplina dos Servidores; XII – apresentar ao Presidente, anualmente, relatório dos trabalhos da Secretaria da Câmara Municipal, baseado nos relatórios das unidades que integram a Câmara Municipal; XIII – determinar a autenticação de cópias de documentos oficiais, quando fornecidas a terceiros; XIV – aprovar a escala de férias dos servidores que lhes são subordinados; XV – manifestar-se quanto à substituição de servidores que lhes são diretamente subordinados; XVI – aplicar penas disciplinares aos servidores que lhes são diretamente subordinados, na forma da legislação vigente; XVII – sugerir a instauração de sindicância, inquérito administrativo e processo disciplinar sobre irregularidade ocorrida na Câmara Municipal; XVIII – proceder à avaliação de desempenho do

peçoal que lhe é diretamente subordinado; XIX – avocar a competência dos demais Secretários, em casos excepcionais de impedimento ou vaga, para, sem qualquer remuneração adicional, responder, com poder decisório, pelas respectivas Secretarias; XX – praticar outros atos determinados ou delegados pelo Presidente da Câmara Municipal; XXI – representar o Presidente quando por este determinado.

Chefe de Gabinete

I – coordenar os serviços relativos ao Expediente do Gabinete e da Assessoria da Presidência; II – controlar a agenda de compromissos do Presidente; III – providenciar os despachos para assinatura do Presidente; IV – agendar por determinação do Presidente reuniões da Mesa da Câmara Municipal; V – dar atendimento e prestar esclarecimentos às pessoas que tenham assuntos a tratar com o Presidente; VI – elaborar minutas de memorandos, ofícios, circulares e outros expedientes da competência do Presidente; VII – participar de reuniões, providenciando a pauta e convocação delas, bem como a elaboração de atas; VIII – acompanhar a fiscalização da execução dos contratos relativos às atividades da Presidência; IX – organizar e propor ao Presidente a escala de férias dos Servidores do Gabinete; X – proceder à avaliação de desempenho do pessoal que lhe é diretamente subordinado; XI – elaborar relatório das atividades do Gabinete; XII – executar outras tarefas determinadas pelo Presidente.

Assessor Jurídico da Presidência

I – prestar assessoramento ao Gabinete da Presidência; II – participar como membro ou coordenador de grupos de trabalho ou comissões; III – emitir parecer em processos; IV – elaborar proposições; V – elaborar relatórios de suas atividades; VI – realizar trabalhos específicos determinados pelo Presidente da Câmara Municipal.

Assessor da Secretaria Geral

I – auxiliar o Secretário Geral nos assuntos e na coordenação das atividades da Secretaria; II – coordenar os projetos da Secretaria; III – representar o Secretário Geral, quando por este determinado, junto às demais unidades da Câmara Municipal; IV – substituir o Secretário Geral em suas ausências e impedimentos; V – providenciar os despachos para assinatura do Secretário Geral; VI – elaborar minutas de memorandos, ofícios, circulares e outros expedientes da competência do Secretário Geral; VII – elaborar relatório das atividades da Secretaria Geral; VIII – executar outras tarefas determinadas pelo Secretário Geral.

Oficial de Gabinete I

I – redigir e digitar atos e correspondências; II – atender ao público; III – elaborar relatórios solicitados pelo Chefe de Gabinete; IV – executar outras tarefas determinadas pelo Chefe de Gabinete.

Oficial de Gabinete II

I – cumprir atividades de apoio inerentes ao exercício do cargo de Presidente da Câmara Municipal; II – elaborar pronunciamentos; III – prestar assistência ao Presidente em compromissos oficiais; IV – assessorar o presidente nas reuniões de comissões, audiências públicas e outros eventos; V – coordenar atividades parlamentares da presidência da Câmara Municipal; VI – receber e convidar os membros da Câmara Municipal; VII – cuidar da agenda do Presidente; VIII – executar outras tarefas determinadas pelo Presidente da Câmara Municipal “(N.R.)”

**“ANEXO II
 TABELA DE ATRIBUIÇÕES DE CARGOS E DE FUNÇÕES ESTATUTÁRIAS
 QUADRO VIII – FUNÇÕES ESTATUTÁRIAS SUJEITAS À EXTINÇÃO NA VACÂNCIA
 TABELA – QPE – PS – VIII**

Assistente de Informática

I – analisar, detectar, diagnosticar e resolver problemas em geral referentes a questões de *hardware* e *software*; II – fazer manutenção e configurar equipamentos de rede (intranet e Internet); III – instalar, configurar e dar manutenção em sistemas operacionais, *software* aplicativos e sistemas gestores de bancos de dados; IV – instalar, configurar e dar manutenção em redes de computadores; V – deve ter noções básicas de elétrica e eletrônica, capacidade de identificação de defeitos e possíveis reparos técnicos; VI – executar outras tarefas determinadas pelo superior imediato.

Supervisor Técnico do Grande Expediente

I – redigir, ordenar e imprimir o Grande Expediente e encaminhar aos Vereadores; II – redigir e ordenar as ementas das indicações encaminhadas ao Executivo e publicadas no Boletim Informativo; III – controlar os requerimentos e indicações aprovados, retirados, arquivados ou rejeitados; IV – controlar e encaminhar os requerimentos e indicações apreciados nas sessões plenárias; V – elaborar o Pequeno Expediente; VI – controlar os livros de presença e de explicação pessoal dos Vereadores nas sessões plenárias; VII – controlar o livro da Tribuna Popular nas sessões plenárias; VIII – elaborar relação mensal de presença dos Vereadores; IX – elaborar impressos utilizados para os diversos controles das sessões plenárias; X – elaborar folhas de votação, presença e chamada dos Vereadores nas sessões plenárias; XI – elaborar requerimento de urgência dos requerimentos e indicações a serem deliberados nas sessões plenárias; XII – controlar assinaturas dos Vereadores no livro de presença no início das sessões; XIII – elaborar relatórios; XIV – efetuar arquivo geral; XV – redigir memorandos; XVI – executar outras tarefas determinadas pelo superior imediato.

Supervisor Técnico de Contabilidade e Tesouraria

I – controlar os serviços de contabilidade e tesouraria; II – apresentar balançotes mensais das despesas; III – apresentar balanço anual; IV – consolidar os dados para a elaboração do orçamento da Câmara Municipal; V – orientar e apresentar ao superior imediato a escrituração da Câmara Municipal; VI – informar diariamente a posição dos saldos bancários; VII – informar o movimento financeiro quando da variação do numerário disponível; VIII – controlar o recebimento de duodécimos; IX – elaborar planilhas de desembolso financeiro; X – fornecer ao superior imediato os dados estatísticos para a elaboração do orçamento; XI – controlar a execução orçamentária da Câmara Municipal; XII – preparar e publicar o relatório resumido da execução orçamentária e financeira do bimestre; XIII – executar outras tarefas determinadas pelo superior imediato.

Supervisor Técnico de Contabilidade e Despesa

I – efetuar a escrituração contábil da Câmara Municipal; II – implantar o orçamento do exercício da Câmara Municipal; III – extrair o empenho da despesa; IV – efetuar o balançote mensal da despesa; V – auxiliar no fechamento do balanço anual; VI – proceder a classificação e lançamento dos fatos contábeis; VII – efetuar os balançotes dos sistemas patrimonial, financeiro, econômico e orçamentário; VIII – fornecer dados para a elaboração do relatório resumido da execução financeira e orçamentária do bimestre; IX – efetuar a conciliação dos saldos bancários; X – executar outras tarefas determinadas pelo superior imediato.

Supervisor Técnico de Almoxarifado

I – administrar, coordenar e executar a movimentação e estoque de materiais; II – fornecer subsídios para a política de estoque de materiais; III – requisitar reposição de materiais estoqueáveis junto ao setor de compras; IV – aferir especificações técnicas dos materiais na ocasião do recebimento; V – receber, conferir e despachar notas fiscais; VI – proceder a escrituração do almoxarifado; VII – controlar e informar, mensalmente, os gastos das unidades que compõem a Câmara Municipal; VIII – fornecer balanço mensal de gastos; IX – verificar e informar o superior imediato sobre obsolescência de materiais em estoque; X – classificar e codificar materiais do almoxarifado; XI – controlar e administrar os espaços físicos do almoxarifado; XII – opinar quanto a quantidade mínima de compras de materiais ainda não existente no almoxarifado; XIII – orientar Vereadores e Servidores quanto a forma de requisição de materiais do almoxarifado; XIV – elaborar relatórios das atividades desenvolvidas no setor, quando solicitado; XV – padronizar formulários de uso das unidades administrativas, conforme normas gráficas vigentes; XVI – elaborar esboços e sugestões visuais gráficas de formulários e serem utilizados pelas Unidades da Câmara Municipal; XVII – receber, conferir, classificar, codificar, controlar e distribuir os materiais estoqueáveis; XVIII – fornecer subsídios para o inventário do almoxarifado; XIX – manter contato com fornecedores; XX – executar outras tarefas determinadas pelo superior imediato.

Supervisor Técnico de Tesouraria

I – controlar e efetuar o pagamento das despesas; II – proceder aos adiantamentos processados na forma da lei; III – efetuar os recolhimentos determinados em lei; IV – preparar e publicar diariamente a posição bancária; V – preparar e lançar o boletim de caixa diário; VI – movimentar junto ao mercado financeiro as disponibilidades existentes; VII – elaborar boletins de despesas e custeio (DPP); VIII – controlar o recebimento de numerário do Executivo; IX – elaborar controle de pagamento e aplicações financeiras; X – elaborar relatório de despesas de veículos e de correios; XI – atender e pagar fornecedores; XII – executar outras tarefas determinadas pelo superior imediato.

Supervisor de Serviço Legislativo – SG

I – auxiliar a Secretaria Geral em sua rotina de trabalho; II – agendar compromissos da Secretaria Geral; III – elaborar memorandos e circulares; IV – assistir ao Secretário Geral na elaboração de despachos e encaminhamentos; V – agendar a reserva do uso das dependências da Câmara Municipal para utilização dos Vereadores ou entidades; VI – preparar a documentação necessária

para utilização das dependências da Câmara Municipal;VII – preparar documentos para autenticação;VIII – arquivar e zelar pela guarda dos documentos da Secretaria Geral;IX – receber expediente;X – distribuir os expedientes e despachá-los às respectivas unidades;XI – executar outras tarefas determinadas pelo superior imediato.

Supervisor de Serviço Legislativo – SL3

I – preparar e arquivar publicações dos atos oficiais e mensagens para jornais, bem como, elaborar autorização de publicação e relatório mensal de publicações;II – digitar, conferir e reproduzir proposições, autógrafos, leis municipais, decretos legislativos, resoluções, atos da Mesa e outros expedientes que impliquem em reproduções;III – elaborar etiquetas de autoridades para sessões solenes;IV – controlar protocolo de entrega de convites de sessões solenes, e de todos os documentos expedidos pela Subsecretaria;V – redigir memorandos e ofícios;VI – digitar eventualmente pareceres e procurações, bem como, de recursos e petições;VII – encaminhar proposições da Câmara Municipal às autoridades federais, estaduais e às entidades particulares;VIII – conferir e classificar as publicações dos atos oficiais;IX – expedir cópia de apanhamentos taquigráficos conforme deliberação plenária;X – efetuar arquivo geral;XI – efetuar serviço de som e de multimídia, sempre que solicitado;XII – entregar documentos e correspondências internas;XIII – microfilmар documentos da Câmara Municipal;XIV – manter sob sua guarda o arquivo de documentos microfilmados;XV – controlar o envio de correspondência e convites de sessões solenes;XVI – executar outras tarefas determinadas pelo superior imediato.

Supervisor de Reprografia

I – supervisionar, coordenar, controlar e orientar a execução das atividades afetas ao serviço e responsabilizar-se pelos encargos atribuídos, e manter em bom estado de conservação os equipamentos e as instalações sob sua guarda e responsabilidade, e solicitar os reparos necessários;II – distribuir as tarefas entre seus subordinados;III – comunicar ao superior imediato quaisquer deficiências ou ocorrências relativas às atividades sob sua responsabilidade, bem como, propor alternativas para solucioná-las;IV – zelar pela disciplina no local de trabalho e propor a aplicação de penalidades dentro de sua competência;V – informar os processos que lhe forem distribuídos;VI – cooperar com o superior imediato em assuntos técnicos ou administrativos de sua competência;VII – manter elevado o moral dos subordinados e a cooperação integrada entre os servidores;VIII – elaborar e providenciar a distribuição do Boletim Informativo;IX – elaborar relatório mensal das atividades do serviço;X – executar outras tarefas determinadas pelo superior imediato.

Auxiliar de Frota

I – dirigir o carro oficial;II – responsabilizar-se pela conservação e manutenção do veículo;III – prestar socorro em casos de urgência;IV – prestar serviços juntos às sessões legislativas;V – fazer serviços externos da Secretaria da Câmara Municipal sempre que solicitado pelo superior imediato;VI – auxiliar na manutenção da frota de veículos oficiais da Câmara Municipal;VII – executar outras tarefas determinadas pelo superior imediato.
(“N.R.”)

“ANEXO III

TABELA DE ATRIBUIÇÕES RELATIVAS ÀS GRATIFICAÇÕES E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Assessoramento Jurídico à Mesa da Câmara Municipal

I – assessorar juridicamente à Mesa da Câmara Municipal durante as sessões plenárias;II – elaborar proposições de autoria dos integrantes da Mesa;III – assessorar à Presidência e à Mesa da Câmara em reuniões junto aos órgãos públicos locais, estaduais e federais;IV – integrar órgãos de deliberação coletiva, quando determinado pela Presidência;V – elaborar relatórios;VI – executar outros trabalhos compatíveis com a natureza da função e determinados pela Presidência e Mesa da Câmara.

Pregoeiro

I – realizar atos de responsabilidade do pregoeiro na condução das licitações na modalidade Pregão, nos termos da legislação vigente, em especial Lei 10.520, de 17 de julho de 2002;II – supervisionar as atividades dos membros da equipe de apoio;III – prestar esclarecimentos solicitados pela Secretaria Geral e pela Presidência da Câmara Municipal.

Membro da Comissão de Julgamento de Licitações e da Equipe de Apoio do Pregoeiro

I – participar das reuniões;II – sugerir medidas que julgar convenientes ao bom andamento dos trabalhos;III – dar desempenho aos trabalhos que lhe for atribuído, dentro dos prazos fixados;IV – dar suporte ao pregoeiro na condução de seus trabalhos;V – realizar atos de responsabilidade da Comissão de Licitação, nos termos da legislação vigente, em especial Lei 8.666/93 e alterações;VI – como membro Presidente da Comissão de Julgamento de Licitações:a) convocar e presidir as reuniões ordinárias ou extraordinárias;b) superintender os serviços e atribuir funções;c) distribuir entre os demais membros os trabalhos e expedientes em geral;d) submeter ao Presidente da Câmara Municipal as questões que dependam de providência ou aprovação superior.VII – como membro Secretário da Comissão: a) lavrar as atas das reuniões;b) desincumbir-se das tarefas que lhe foram atribuídas em reunião ou pelo Presidente da Comissão;c) manter devidamente organizado o expediente e arquivo;d) cuidar das comunicações internas e externas.

Membro da Comissão de Administração e Avaliação de Pessoal

I – participar das reuniões;II – sugerir medidas que julgar convenientes ao bom andamento dos trabalhos;III – dar desempenho aos trabalhos que lhe for atribuído, dentro dos prazos fixados;IV – realizar estudos e apresentar sugestões em expedientes relativos à admissão, promoção e acesso de servidores;V – analisar e manifestar-se em expedientes relativos à avaliação de estágio probatório de servidores;VI – analisar e manifestar-se em expedientes relativos à promoção vertical e progressão horizontal de servidores;VII – opinar sobre política de Recursos Humanos;VIII – opinar, quando determinado pela Presidência, sobre a criação, modificação, extinção e denominação de cargo do quadro de pessoal;IX – opinar, quando determinado pela Presidência, sobre planos de classificação de cargos;X – opinar, quando determinado pela Presidência, nos expedientes que versem sobre interpretação e aplicação da legislação de pessoal;XI – opinar e auxiliar, quando determinado pela Presidência, na elaboração de editais de concurso público;XII – participar, quando determinado pela Presidência, nos trabalhos de preparação e organização de concursos públicos;XIII – manter sigilo sobre matérias que vier a tomar ciência no exercício da função;XIV – como membro Presidente da Comissão:a) convocar e presidir as reuniões ordinárias ou extraordinárias;b) superintender os serviços e atribuir funções;c) distribuir entre os demais membros os trabalhos e expedientes em geral;d) submeter ao Presidente da Câmara Municipal as questões que dependam de providência ou aprovação superior.XV – como membro Secretário da Comissão: a) lavrar as atas das reuniões;b) desincumbir-se das tarefas que lhe foram atribuídas em reunião ou pelo Presidente da Comissão;c) manter devidamente organizado o expediente e arquivo;d) cuidar das comunicações internas e externas.
(“N.R.”)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2015.

São Bernardo do Campo, em 29 de outubro de 2015

JOSÉ LUIS FERRAREZI

Presidente

Registrada na Secretaria Legislativa e afixada, na mesma data, no Quadro de Editais.

DERCIO GIL JUNIOR

Secretário Legislativo

PORTARIAS BAIXADAS PELA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PORTARIA Nº 9.450, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Exonera a pedido, NICOLE DOS SANTOS BRIONES, Assessor de Relações Internas, Referência “CC-01” Tabela QPE-PP-VI – Anexo I, Quadro VI, da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, lotada no Gabinete do Vereador MARCOS CLAUDIO LULA DA SILVA, nos termos do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 77, inciso I, da Lei Municipal nº 1.729, de 30 de dezembro de 1968, em 18 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 9.451, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

Exonera RAFAEL CAÇAPAVA RIGATO, Assessor de Relações Parlamentares, Referência “CC-19” Tabela QPE-PP-VI – Anexo I, Quadro VI, da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, lotado no Gabinete do Vereador JOSÉ LUIS FERRAREZI, nos termos do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 77, inciso I, da Lei Municipal nº 1.729, de 30 de dezembro de 1968, em 19 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 9.452, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

Nomeia CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA, Supervisor de Serviço Legislativo, Referência “FP-25 E” para exercer, em comissão, o cargo de Assessor da Secretaria Geral, Referência “CC-21”, Tabela QPE-PP-VII, Anexo I, Quadro VII da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, a partir de 19 de outubro de 2015, junto a Secretaria Geral.

PORTARIA Nº 9.453, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

Designa o funcionário LUIZ ROBERTO FERREIRA, Assistente Legislativo - Nível 3, referência “CE-16” para exercer, em substituição, a função pública de Supervisor de Serviço Legislativo, referência “FP-25”, a partir de 19 de outubro de 2015, nos termos do artigo 35, da Lei Municipal n.º 6.418, de 14 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 9.454, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

1. Nomeia RAFAEL CAÇAPAVA RIGATO para exercer, em comissão, o cargo de Oficial de Gabinete II, Referência “CC-17”, Tabela QPE-PP-VII, Anexo I, Quadro VII da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, a partir de 20 de outubro de 2015, no Gabinete da Presidência.
2. Atribui ao funcionário, por representação do Gabinete da Presidência, o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) de seus vencimentos, a título de gratificação, nos termos do inciso I, do artigo 30 da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, a partir de 20 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 9.455, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Concede à funcionária SILMARA RODRIGUES DE ASSIS MELO, Oficial de Gabinete, licença nojo de 08 (oito) dias, a partir de 10 de outubro de 2015, nos termos do artigo 80, inciso III, da Lei Municipal nº 1.729/68.

PORTARIA Nº 9.456, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Exonera ROBERTO ALVES TAVEIRA, Oficial de Gabinete, Referência “CC-09”, Tabela QPE-PS-IX, Quadro IX, Anexo I, da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, lotado no Gabinete da Presidência, nos termos do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 77, inciso I, da Lei Municipal nº 1.729, de 30 de dezembro de 1968, em 20 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 9.457, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Exonera SILMARA RODRIGUES DE ASSIS MELO, Oficial de Gabinete, Referência “CC-09”, Tabela QPE-PS-IX, Quadro IX, Anexo I, da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, lotada no Gabinete da Presidência, nos termos do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 77, inciso I, da Lei Municipal nº 1.729, de 30 de dezembro de 1968, em 20 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 9.458, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Exonera TATIANE CORRADI DE MATOS, Oficial de Gabinete, Referência “CC-09”, Tabela QPE-PS-IX, Quadro IX, Anexo I, da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, lotada no Gabinete da Presidência, nos termos do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 77, inciso I, da Lei Municipal nº 1.729, de 30 de dezembro de 1968, em 20 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 9.459, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Nomeia ROBERTO ALVES TAVEIRA, para exercer, em comissão, o cargo de Oficial de Gabinete I, referência “CC-15”, Tabela QPE-PP-VII, Tabela VII, Anexo I, da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, a partir de 21 de outubro de 2015, no Gabinete da Presidência.

PORTARIA Nº 9.460, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Nomeia SILMARA RODRIGUES DE ASSIS MELO, para exercer, em comissão, o cargo de Oficial de Gabinete I, referência “CC-15”, Tabela QPE-PP-VII, Tabela VII, Anexo I, da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, a partir de 21 de outubro de 2015, no Gabinete da Presidência.

PORTARIA Nº 9.461, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Nomeia TATIANE CORRADI DE MATOS, para exercer, em comissão, o cargo de Oficial de Gabinete I, referência “CC-15”, Tabela QPE-PP-VII, Tabela VII, Anexo I, da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, a partir de 21 de outubro de 2015, no Gabinete da Presidência.

PORTARIA Nº 9.462, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Nomear JOEL ALVES, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Relações Internas, referência “CC-01”, Tabela QPE-PP-VI, Quadro VI, Anexo I, da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, a partir de 21 de outubro de 2015, no Gabinete do Vereador JOSÉ LUIS FERRAREZI.

PORTARIAS BAIXADAS PELO EXMº SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PORTARIA Nº 2.787, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

1. Constitui Comissão com o objetivo de organizar e cuidar dos preparativos necessários à realização da Sessão Solene de concessão de Medalha João Ramalho à OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – 39ª Subseção de São Bernardo do Campo e ao Dr. Luis Ricardo Vasques Davanzo.
2. Designa para integrar a comissão de que trata o item anterior, Presidente: Vereador RAFAEL FELIPE DEMARCHI Membros: AMILCAR PEZZOLO, DONIZETE DE SOUZA, MARCIA DELFIM BORGES e ADRIANA PAVANI ALONSO.

PORTARIA Nº 2.788, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

1. Constitui Comissão com o objetivo de organizar e cuidar dos preparativos necessários à realização da Sessão Solene de concessão de Título de “Cidadão São-Bernardense” ao Dr. Fábio Prieto de Souza.
2. Designa para integrarem a comissão de que trata o item anterior, Presidente: Vereador JOSÉ LUIS FERRAREZI Membros: CARLA CONTRERA, AMILCAR PEZZOLO, GUSTAVO MONTE ABLAS STANISLAU DE MENDONÇA, FRANCIANE PASSOS SANTOS, MAFALDA MARQUES DA SILVA, PAULO HENRIQUE COSTRIM DE TOLEDO, RAFAEL CAÇAPAVA RIGATO, RICARDO DA SILVEIRA BORENSTAIN, SÉRGIO DOS SANTOS e SILMARA RODRIGUES DE ASSIS MELO.

APOSTILAS BAIXADAS PELA MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

APOSTILA Nº 926/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 130/2007, que nomeou MAGALI PAIVA no cargo efetivo de Assessor Jurídico, referência “39-A”, alterada pelas Apostilas no s 694/2009, 719/2010, 774/2010 e 870/2013, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo da servidora passou a ser Procurador Legislativo, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 927/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 071/1978, que nomeou SUELY DUARTE DE MATOS para o cargo efetivo de Assistente Técnico Legislativo, referência “24-A”, alterado pelas Leis n.ºs 2.450/1981 e 3.059/1998, Resolução n.º 1.282/1995 e Apostilas n.ºs 051/1985, 064/1986, 084/1991, 096/1995, 248/1995, 449/1999, 577/2004, 665/2008 e 786/2010, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo da servidora passou a ser Procurador Legislativo, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 928/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 154/2009, que nomeou WILLIAM DE ANDRADE DORNAS no cargo efetivo de Assessor Jurídico, referência “39-A”, alterada pelas Apostilas no s 790/2010 e 921/2015, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Procurador Legislativo, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 929/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 111/1997, que nomeou AMAURY VILLAS BOAS DIAS DO PRADO no cargo efetivo de Oficial Legislativo I, referência “08-A”, alterado pelas Apostilas no s 550/2002, 582/2004, 600/2004, 687/2008, 752/2010, 842/2013, 850/2013, 884/2014, 900/2014 e 924/2015, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Assistente Legislativo – nível 7, referência “CE-20”, grau “C”, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 930/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 145/2008, que nomeou ANA LOCATELLI, no cargo efetivo de Assistente Legislativo I, referência “08-A”, alterada pelas Apostilas n.ºs 753/2010, 860/2013, 883/2014 e 901/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo da servidora passou a ser Assistente Legislativo – nível 4, referência “CE-17”, grau “A”, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 931/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 178/2010, que nomeou ANGELA DOS REIS CIRERA, no cargo efetivo de Assistente Técnico Legislativo, referência “27-A”, alterada pelas Apostilas n.ºs 755/2010, 896/2014 e 902/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo da servidora passou a ser remunerado pela referência “CE-27”, grau “A”, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 932/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 117/1998, que nomeou ANSELMO MENDES LOPES FILHO, no cargo efetivo de Oficial Legislativo I, referência “08-A”, alterada pelas Apostilas n.ºs 511/2000, 532/2001, 549/2002, 578/2004, 602/2004, 615/2005, 637/2006, 683/2008, 698/2009, 756/2010, 855/2013, 866/2013, 889/2014 e 903/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Assistente Legislativo – nível 9, referência “CE-22”, grau “E”, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 933/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 156/2009, que nomeou CAIO AUGUSTO DE SOUZA GIACOMINI, no cargo efetivo de Assistente Legislativo I, referência “08-A”, alterada pelas Apostilas n.ºs 757/2010, 878/2014 e 904/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Assistente Legislativo – nível 3, referência “CE-16”, grau “A”, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 934/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 134/2007, que nomeou DANILO YUZO AKIYAMA, no cargo efetivo de Assistente Legislativo I, referência “08-A”, alterada pelas Apostilas n.ºs 759/2010, 861/2013, 880/2014 e 905/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Assistente Legislativo – nível 4, referência “CE-17”, grau “A”, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 935/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 099/1996, que nomeou EGLE REGINA RODRIGUES DA SILVA no cargo efetivo de Encarregado do Serviço de Administração de Pessoal, referência “33-A”, alterado pelas Apostilas no s 571/2004, 610/2005, 763/2010, 836/2013, 898/2014 e 920/2015, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo da servidora passou a ser remunerado pela referência “CE-31”, grau “D”, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 936/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 142/2008, que nomeou FABIANO DANTAS GOMES, no cargo efetivo de Assistente Legislativo I, referência “08-A”, alterada pelas Apostilas n.ºs 766/2010, 845/2013, 881/2014 e 906/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Assistente Legislativo – nível 4, referência “CE-17”, grau “B”, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 937/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 175/2009, que nomeou FELIX CASTELO BRANCO DA SILVA JUNIOR, no cargo efetivo de Assistente Legislativo I, referência “08-A”, alterada pelas Apostilas n.ºs 767/2010, 867/2013, 877/2014 e 907/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Assistente Legislativo – nível 3, referência “CE-16”, grau “B”, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 938/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 109/1996, que nomeou GUSTAVO HIDEKI FUJIMOTO no cargo efetivo de Oficial Legislativo I, referência “08-A”, alterado pelas Apostilas no s 512/2000, 531/2001, 548/2002, 584/2004, 633/2006, 653/2007, 686/2008, 768/2010, 841/2013, 852/2013, 887/2014, 908/2014 e 925/2015, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Assistente Legislativo – nível 8, referência “CE-21”, grau “E”, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 939/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 105/1996, que nomeou JOSÉ CARLOS ALARÇA, no cargo efetivo de Oficial Legislativo I, referência “08-A”, alterada pelas Apostilas n.ºs 443/1998, 517/2000, 534/2001, 546/2002, 585/2004, 604/2004, 618/2005, 639/2006, 680/2008, 701/2009, 791/2010, 858/2013, 868/2013, 893/2014 e 909/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Assistente Legislativo – nível 10, referência “CE-23”, grau “E”, nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 940/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 110/1997, que nomeou LENEY TIECO BARBOZA, no cargo efetivo de Oficial Legislativo I, referência "08-A", alterada pelas Apostilas nºs 454/1999, 514/2000, 586/2004, 599/2004, 620/2005, 635/2006, 684/2008, 703/2009, 771/2010, 853/2013, 888/2014 e 910/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo da servidora passou a ser Assistente Legislativo – nível 8, referência "CE-21", grau "D", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 941/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 166/2009, que nomeou LUIZ ROBERTO FERREIRA, no cargo efetivo de Assistente Legislativo I, referência "08-A", alterada pelas Apostilas nºs 773/2010, 869/2013, 875/2014 e 911/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Assistente Legislativo – nível 3, referência "CE-16", grau "B", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 942/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 119/2006, que nomeou MARCELO MASSAHARU SASAKI, no cargo efetivo de Assistente de Controladoria, referência "27-A", alterada pelas Apostilas nºs 775/2010, 838/2013, 894/2014 e 912/2015, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser remunerado pela referência "CE-27", grau "B", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 943/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 159/2009, que nomeou MARCELO RAMOS DA SILVA no cargo efetivo de Assistente de Biblioteca, referência "27-A", alterado pelas Apostilas nº 776/2010, 895/2014, 913/2014 e 922/2015, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser remunerado pela referência "CE-27", grau "B", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 944/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 107/1996, que nomeou MARCOS ANTONIO DE REZENDE, no cargo efetivo de Oficial Legislativo I, referência "08-A", alterado pelas Apostilas nºs 452/1999, 513/2000, 547/2002, 560/2003, 587/2004, 601/2004, 636/2006, 652/2007, 682/2008, 777/2010, 840/2013, 856/2013, 890/2014 e 914/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Assistente Legislativo – nível 9, referência "CE-22", grau "E", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 945/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 089/1992, que nomeou RICARDO PEREIRA DA SILVA no cargo efetivo de Encarregado do Serviço de Compras, referência "28-A", alterado pelas Apostilas nºs 144/1995, 447/1999, 555/2003, 570/2004, 646/2007, 780/2010, 833/2013 e 897/2014, para declarar que, a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser remunerado pela referência "CE-31", grau "E", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 946/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 116/1998, que nomeou ROSELI SARAIVA MOTTA, no cargo efetivo de Oficial Legislativo I, referência "08-A", alterado pelas Apostilas nºs 579/2004, 597/2004, 619/2005, 632/2006, 688/2008, 699/2009, 781/2010, 851/2013, 885/2014 e 915/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo da servidora passou a ser Assistente Legislativo – nível 7, referência "CE-20", grau "D", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 947/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 115/1997, que nomeou SAMIRA VIANA OLIVEIRA MARIANO, no cargo efetivo de Oficial Legislativo I, referência "08-A", alterada pelas Apostilas nºs 515/2000, 530/2001, 553/2003, 580/2004, 603/2004, 616/2005, 638/2006, 681/2008, 700/2009, 782/2010, 857/2013, 873/2013, 891/2014 e 916/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo da servidora passou a ser Assistente Legislativo – nível 9, referência "CE-22", grau "E", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 948/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 104/1996, que nomeou SANDRA CLARA GERBELLI, no cargo efetivo de Oficial Legislativo I, referência "08-A", alterado pelas Apostilas nºs 441/1998, 453/1999, 518/2000, 545/2002, 563/2003, 588/2004, 606/2004, 640/2006, 655/2007, 679/2008, 783/2010, 844/2013, 859/2013, 892/2014 e 917/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo da servidora passou a ser Assistente Legislativo – nível 10, referência "CE-23", grau "E", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 949/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 090/1992, que nomeou SILVIA CAMPOS DO LAGO SILVA, no cargo efetivo de Encarregado de Serviço de Protocolo e Arquivo, referência "28-A", alterado pelas Apostilas nºs 220/1995, 572/2004, 785/2010 e 899/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo da servidora passou a ser remunerado pela referência "CE-31", grau "A", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 950/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 121/2006, que nomeou TIAGO MATSUDA JORGE, no cargo efetivo de Assistente Legislativo I, referência "08-A", alterada pelas Apostilas nºs 787/2010, 849/2013, 882/2014 e 918/2014, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo do servidor passou a ser Assistente Legislativo – nível 4, referência "CE-17", grau "A", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 951/2015

Apostila a Portaria de Provimento e Vacância nº 118/1998, que nomeou WERUSKA SA CARVALHO AUGUSTO, no cargo efetivo de Oficial Legislativo I, referência "08-A", alterado pelas Apostilas nºs 551/2002, 561/2003, 581/2004, 598/2004, 634/2006, 654/2007, 685/2008, 789/2010, 839/2013, 854/2013, 886/2014, 919/2014 e 923/2015, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo efetivo da servidora passou a ser Assistente Legislativo – nível 8, referência "CE-21", grau "E", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 952/2015

Apostila a Portaria nº 1.827, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 1.313/1995, transformando em Supervisor de Serviço Legislativo, o cargo ocupado pela funcionária CLAUDIA REGINA DE OLIVEIRA, alterada pelas Apostilas nºs 276/1997, 535/2001, 617/2005, 661/2008, 702/2009 e 723/2010, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, a função estatutária ocupada pela funcionária fica enquadrada na referência "FP-25", grau "E", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 953/2015

Apostila a Portaria nº 1.815, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 1.313/1995, transformando em Assistente de Informática, o cargo ocupado pelo funcionário FÁBIO TOMÉ DE OLIVEIRA, alterada pelas Apostilas nºs 257/1995, 540/2001, 626/2005, 661/2008 e 726/2010, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, a função estatutária ocupada pelo funcionário fica enquadrada na referência "FP-26", grau "E", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 954/2015

Apostila a Portaria nº 1.810, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 1.313/1995, transformando em Supervisor Técnico de Contabilidade e Despesa, o cargo ocupado pelo funcionário JOSÉ MAURÍCIO BARCELINI, alterada pelas Apostilas nºs 543/2001, 630/2006, 661/2008 e 730/2010, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, a função estatutária ocupada pelo funcionário fica enquadrada na referência "FP-26", grau "D", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 955/2015

Apostila a Portaria nº 1.825, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 1.313/1995, transformando em Supervisor de Serviço Legislativo, o cargo ocupado pela funcionária MAFALDA MARQUES DA SILVA, alterada pelas Apostilas nºs 278/1997, 661/2008, 702/2009 e 732/2010, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, a função estatutária ocupada pela funcionária fica enquadrada na referência "FP-25", grau "B", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 956/2015

Apostila a Portaria nº 1.805, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 1.313/1995, transformando em Supervisor Técnico de Grande Expediente, o cargo ocupado pela funcionária MARI ÂNGELA DE ALMEIDA TEIXEIRA POLVERINI, alterada pelas Apostilas nºs 275/1997, 661/2008 e 749/2010, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, a função estatutária ocupada pela funcionária fica enquadrada na referência "FP-26", grau "C", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 957/2015

Apostila a Portaria nº 1.829, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 1.313/1995, transformando em Supervisor de Reprografia, o cargo ocupado pelo funcionário NELSON GONÇALVES DE OLIVEIRA JUNIOR, alterada pelas Apostilas nºs 272/1997, 661/2008 e 737/2010, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, a função estatutária ocupada pelo servidor fica enquadrada na referência "FP-29", grau "D", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 958/2015

Apostila a Portaria nº 1.853, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 1.313/1995, transformando em Supervisor de Serviço Legislativo, o cargo ocupado pelo funcionário NELSON SOARES DE SOUZA, alterada pelas Apostilas nºs 661/2008 e 738/2010, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, a função estatutária ocupada pelo funcionário fica enquadrada na referência "FP-25", grau "A", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 959/2015

Apostila a Portaria nº 1.809, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 1.313/1995, transformando em Supervisor de Contabilidade e Tesouraria, o cargo ocupado pelo funcionário REINALDO FURLAN, alterada pelas Apostilas nºs 256/1995, 649/2007, 661/2008, 750/

2010 e 837/2013, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, a função estatutária ocupada pelo funcionário fica enquadrada na referência "FP-26", grau "E", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 960/2015

Apostila a Portaria nº 1.811, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 1.313/1995, transformando em Supervisor Técnico de Almoxarifado, o cargo ocupado pelo funcionário SÉRGIO CARLOS MARTINS, alterada pelas Apostilas nºs 611/2005, 661/2008, 695/2009, 744/2010 e 874/2013, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, a função estatutária ocupada pelo funcionário fica enquadrada na referência "FP-26", grau "E", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 961/2015

Apostila a Portaria nº 1.843, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 1.313/1995, transformando em Auxiliar de Compras, o cargo ocupado pelo funcionário SIDNEY DOS SANTOS MARTIMBIANCO, alterada pelas Apostilas nºs 565/2003, 661/2008 e 746/2010, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, a função estatutária ocupada pelo servidor passou a ser Auxiliar de Frota, referência "FP-16", grau "E", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 962/2015

Apostila a Portaria nº 1.813, de 21 de junho de 1995, que dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 1.313/1995, transformando em Supervisor Técnico de Tesouraria, o cargo ocupado pela funcionária SILVANA DA SILVA TONETTO, alterada pelas Apostilas nºs 661/2008 e 745/2010, para declarar que a partir de 16 de outubro de 2015, a função estatutária ocupada pela servidora fica enquadrada na referência "FP-26", grau "B", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 963/2015

Apostila a Portaria nº 9.160, de 27 de janeiro de 2015, que nomeou RICARDO DA SILVEIRA BORENSTAIN para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete, referência "CC-18", para declarar que, a partir de 16 de outubro de 2015, o cargo em comissão do servidor passou a ser remunerado pela referência "CC-23", nos termos da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 964/2015

Expede a presente Apostila para declarar que os proventos do funcionário inativo, ROGERIO ANDRADE NUNES, aposentado através da portaria nº 9.060, de 01 de setembro de 2014, ficam alterados para R\$ 6.618,61 (seis mil, seiscentos e dezoito reais e sessenta e cinco centavos) mensais, correspondente ao valor integral da "Ref. FP-25-Grau A" do Anexo IV, Quadro III - Tabela de Vencimentos Básicos Funções Estatutárias da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de 45,68% (quarenta e cinco vírgula sessenta e oito por cento) de senioridade, referente a reavaliação da função estatutária de "Supervisor de Serviço Legislativo", através da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, nos termos do Art. 3º, parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e Lei Municipal nº 6.145/2011, a partir de 16 de outubro de 2015.

APOSTILA Nº 965/2015

Expede a presente Apostila para declarar que os proventos do funcionário inativo, FELIPE VALERIO NETO, aposentado através da portaria nº 9.250, de 09 de março de 2015, ficam alterados para R\$ 7.555,02 (sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e dois centavos) mensais, correspondente ao valor integral da "Ref. FP-25-Grau D" do Anexo IV, Quadro III - Tabela de Vencimentos Básicos Funções Estatutárias da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de 45,68% (quarenta e cinco vírgula sessenta e oito por cento) de senioridade, referente a reavaliação da função estatutária de "Supervisor de Serviço Legislativo", através da Lei Municipal nº 6.418, de 14 de outubro de 2015, nos termos do Art. 3º, parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e Lei Municipal nº 6.145/2011, a partir de 16 de outubro de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº. 11/2015

Processo de Compra nº. 126/2015

Objeto: Aquisição de scanner de microfilme

Data de entrega dos envelopes: até 9h do dia 19 de novembro de 2015.

Data de abertura dos envelopes: 9h05 do dia 19 de novembro de 2015.

Retirada do edital: site: www.camarasbc.sp.gov.br - Link Editais de Licitação

e-mail: suprimentos2@camarasbc.sp.gov.br

Telefone: (11) 4331-4207

José Luis Ferrarezi

Presidente

NOTÍCIAS DO MUNICÍPIO

Publicação oficial do Município de São Bernardo do Campo
www.saobernardo.sp.gov.br

SERVIÇOS URBANOS - páginas 2 e 3
Novo sistema de coleta seletiva começa pelo Rudge Ramos
Meta é que 10% de todo o lixo da cidade seja reciclado até 2017

SÃO BERNARDO DO CAMPO
100 ANOS
1890-2015

30 de maio de 2015 - nº 1725

MEIO AMBIENTE - páginas 4 e 5
8 secretárias montam programação dedicada à proteção ambiental

GESTÃO PARTICIPATIVA - página 6

O JORNAL NOTÍCIAS DO MUNICÍPIO É DISTRIBUÍDO GRATUITAMENTE SUA VENDA É EXPRESSAMENTE PROIBIDA.



Crack, é possível vencer

Novos equipamentos de monitoramento serão entregues à Guarda Civil Municipal de São Bernardo do Campo.

Venha prestigiar mais essa etapa do Programa “Crack, É Possível Vencer” em nossa cidade.

PARTICIPE!

10 DE NOVEMBRO

às 10h na Secretaria de Segurança Urbana
Av. Redenção, 100 - Centro

Ministério da Educação

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério da Justiça

Ministério da Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA

SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA



SÃO BERNARDO DO CAMPO
Uma cidade cada vez melhor de se viver